

ACTA N.º 9/2011

ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO
MÊS DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
PENICHE, REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2011:

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano dois mil e onze, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, estando presentes os senhores Rogério Manuel Dias Cação (CDU), Américo de Araújo Gonçalves (PS) e Carlos Alberto Lourenço de Almeida (CDU), respectivamente Presidente, Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, os senhores Henrique Bertino Batista Antunes (CDU), António Manuel Prioste Salvador (PSD), Raul Fernando Conceição Santos (CDU), António Filipe Monteiro Vitória (CDU), Silvino Doirado Conceição João (PS) e Cesaltino Eustáquio Martins (CDU), respectivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Ajuda, Atouguia da Baleia, Conceição, Serra d'El-Rei e Ferrel e Secretário da Junta de Freguesia de São Pedro, e os senhores Anabela Correia Dias (PS), Pedro Manuel Tavares Varão (CDU), Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS), Vítor Miguel Silva Delgado Marques, Cristina Maria Luís Leitão (PSD), José António Bombas Amador (CDU), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), José António Leitão da Silva (PSD), Natália Susana Colaço Rocha (PS), Ademar Vala Marques (PSD), Anna Clara Leal Rodrigues (PSD), Arminda Glória Félix Martins Brás (CDU), Paulo Jorge Amaro Balau (PSD), Licínio Pereira (CDU), Maria Estrela Maia de Paiva das Neves (CDU), Jacinto Manuel Ferreira de Oliveira (CDU), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD) e Vítor Manuel Farricha Mamede (PS) reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Período da ordem do dia:

1. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a segunda revisão aos Documentos Previsionais de 2011 (Orçamento da Receita, Orçamento da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos).
2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche para 2012.
3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Orçamento do Município de Peniche para 2012.
4. Pedido de autorização para que a Câmara Municipal realize despesas com a aquisição de bens e serviços, em 2012, que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização quando excedam os 99 759,58 euros, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Mapa de Pessoal do Município de Peniche para 2012.
6. Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para contracção de empréstimos de curto prazo durante o ano de 2012.
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados para 2012.
8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de

Orçamento dos Serviços Municipalizados para 2012.

9. Pedido de autorização para que os Serviços Municipalizados realizem despesas com a aquisição de bens e serviços, em 2012, que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização quando excedam os 99 759,58 euros, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados para 2012.

As senhoras Arminda Glória Félix Martins Brás (CDU), Anabela Correia Dias (PS), Cristina Maria Luís Leitão (PSD) e Anna Clara Leal Rodrigues (PSD) e o senhor Ademar Vala Marques (PSD) só participaram na reunião a partir das vinte e uma horas e quarenta minutos, quando decorria a apreciação do ponto dois da ordem do dia, não tendo, por isso, participado na votação do ponto primeiro.

O senhor Cesaltino Eustáquio Martins encontrava-se a substituir o senhor presidente da Junta da Freguesia de São Pedro, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Os senhores Licínio Pereira (CDU), Maria Estrela Maia de Paiva das Neves (CDU), Jacinto Manuel Ferreira de Oliveira (CDU), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD) e Vítor Manuel Farricha Mamede (PS) encontravam-se a substituir os senhores Maria Natália Figueiredo Martins dos Anjos Costa (CDU), Sérgio Miguel Franco Martins Leandro (CDU), José Joaquim Franco Antunes (CDU), Carlos Manuel Alves Santana (PSD) e João Manuel Jesus Gomes (PS), que comunicaram a sua ausência nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. Os senhores Álvaro André Paiva Amador (CDU), Rui Pedro Maia dos Santos (PSD), Anabela Soares (PSD) e Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), por serem os membros que se seguiam nas respectivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara, senhor António José Correia (CDU), o Vice-Presidente da Câmara, senhor Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), e os Vereadores, senhores Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU), Jorge Serafim Silva Abrantes (CDU), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD) e Carlos Jorge Gonçalves Amaral Domingos (PS).

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A SEGUNDA REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2011 (ORÇAMENTO DA RECEITA, ORÇAMENTO DA DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS):

Passando a Assembleia à apreciação do primeiro ponto da ordem de trabalhos, usaram da palavra os senhores Presidente da Câmara e a Directora do Departamento Administrativo e Financeiro que justificaram a necessidade de se proceder a esta revisão aos documentos previsionais de 2011.

Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a revisão n.º 2 ao Orçamento da Despesa, para o

ano 2011, que regista o valor de 50 000,00 euros em reforços de despesas de capital; a revisão n.º 2 ao Orçamento da Receita, para o ano 2011, que regista o valor de 50 000,00 euros em reforços de receitas de capital e a revisão n.º 2 ao Plano Plurianual de Investimentos, para o ano 2011, que regista o valor de 50 000,00 euros em reforços.

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE PENICHE PARA 2012:

Passando a Assembleia à apreciação do segundo ponto da ordem de trabalhos, usaram da palavra os senhores:

Presidente da Câmara, António José Correia:

Fez a seguinte intervenção:

«Creio que o quadro em que nós, este ano, estamos a apresentar as Grandes Opções do Plano é um quadro conhecido de todos. Por isso, as Grandes Opções do Plano, de alguma maneira, também reflectem, um pouco, as consequências da redução de meios financeiros. De qualquer modo, creio que o que se poderá constatar nas Grandes Opções do Plano é o dar continuidade a um conjunto de projectos que já transitaram de anos anteriores. Há, por isso mesmo, um grande esforço nesse sentido ao nível das despesas de capital, para a conclusão de obras que se iniciaram e, também, desde logo, alguns valores para novas obras.

«As questões de Educação, nas Grandes Opções do Plano, estão bem patentes naquilo que diz respeito à questão do Centro Escolar de Atouguia da Baleia. Portanto, é, ao nível da Educação, o que se pode considerar a matéria mais relevante. Há uma indefinição relativamente a uma obra que sofreu vicissitudes, embora tendo sido adjudicada ainda no final do mandato anterior ao nosso, em Setembro de 2005, e que reporta à Biblioteca. É um processo complexo, como todos têm acompanhado, e, por isso, o ano de 2012, vai ser o ano de tomada de decisão relativamente à Biblioteca, em função daquilo que são as actuais condições financeiras. Isso é uma afirmação que queremos deixar aqui, de tudo fazermos para que a Biblioteca seja concluída e, intervindo ao nível daquilo que é a modificação ao nível de elegibilidade do investimento, a base da elegibilidade, para que os valores da referência possam ser modificados, a par, também, da aplicação de uma taxa mais elevada, que se poderá situar na ordem dos 85% de comparticipação do QREN. Por isso, não querendo que aquela obra possa vir a ser identificada por uma obra de Santa Engrácia, ou seja, de haver alguma demora na sua concretização, tudo iremos fazer para que ela se concretize. Estão, neste momento, em desenvolvimento um conjunto de iniciativas nesse sentido.

«É caracterizado, também, o Plano relativamente às questões da Área Social, pela concretização de uma primeira intervenção ao nível da reabilitação dos bairros sociais, concretamente daquilo que tem a ver com o Bairro do Vale Verde, Edifício Coosofi e Bairro Fernão de Magalhães. Portanto, numa primeira intervenção, até de acordo com aquilo que nós ontem tivemos aqui como um dos temas da Assembleia Municipal, relativamente ao Bairro do Calvário, no sentido, também, de se encontrarem as formas para a sua reabilitação, porque é de todo desejável. As áreas sociais, a par

daquilo que agora referi em termos de política social de habitação, elas mantêm um desenvolvimento de trabalho de proximidade, apesar dessa diminuição de valores. Creio que é essa característica que temos inculcado nas questões sociais, e vamos continuar com esse trabalho, eventualmente até haver um reforço.

«A questão do Ordenamento do Território tem sido sempre uma das questões à qual temos dado atenção. Mas, ao mesmo tempo, tem sofrido bastantes revezes, relativamente àquilo que é o enquadramento superior. Creio que nos aproximamos, neste momento, da parte final das questões associadas à cartografia, que criará condições para podermos desenvolver alguns dos instrumentos de ordenamento do território. Uma palavra especial para o Plano de Urbanização do Vale do Grou, que queremos concretizar, e, no que diz respeito ao Plano de Pormenor da Zona Central da Cidade, creio que dentro dos próximos cinco ou seis meses estará definitivamente concluído, tendo em conta que o esforço financeiro que tivemos que fazer também relativamente a novas exigências, concretamente as questões das avaliações ambientais, estratégicas, etc. que foram necessárias. Creio que estarão, neste momento, já na ponta final e, por isso, o ano de 2012, terá este plano concluído, não tenho dúvida quanto a isso. Quanto à questão do Plano Director Municipal, as suas bases já existem, as questões da cartografia, como disse, vão ser importantes. O problema que se vai colocar, para todo o planeamento do território, são os valores financeiros necessários para a concretização dos instrumentos de ordenamento do território. Também aí vamos fazer uma alteração que é a de uma maior concentração, ou seja, de mobilização dos meios internos para concretizar algumas das componentes dos instrumentos de ordenamento do território.

«No que diz respeito às questões associadas à Cultura e Turismo, elas estão obviamente de braço dado, e, por isso, o que se pode dizer, embora não dependa, como sabemos, da Câmara Municipal, há dois domínios de intervenção que queremos continuar a pugnar. Um tem a ver com a marina, o outro com a pousada na Fortaleza, tal como ontem já dei aqui alguma indicação. Elas dependerão mais de factores externos do que propriamente da nossa vontade, mas, por isso, o nosso envolvimento forte para que aconteça. A questão da consolidação da marca *Peniche - Capital da Onda* vai também ser uma das nossas frentes. Neste momento, está já definido, para Outubro, termos uma nova etapa, tendo a *Rip Curl* inscrito o campeonato por mais três anos. Tudo continuaremos a fazer, em conjunto, de forma a, tendo existido uma diminuição dos meios financeiros alocados pelo Estado, nós incrementarmos aquilo que é participação privada através de patrocínios. Há bons indicadores relativamente aos dois maiores patrocínios, caso da EDP e da TMN. Estamos de volta de outros patrocínios em conjunto. Vamos ver qual é a atitude que o Governo terá para connosco, tendo em conta um desígnio que tem sido muito propalado, muito defendido, que é a questão do desígnio do mar. Vamos, enfim, esperar, mas estamos a trabalhar para isso, para que haja uma coerência entre esse discurso e as opções e as prioridades, relativamente aos eventos de promoção externa do país, como é o caso.

«Há um nível de Obras Municipais que, face à capacidade instalada, e tem a ver com a nossa componente de recursos humanos e equipamentos, vai fazer com que haja, também, uma parte significativa de obras que iremos desenvolver através de recursos próprios. Enquadra-se aqui a Casa Mortuária de Peniche, o recinto da feira da Bufarda e

o Fórum Multiusos de Serra d'El-Rei, portanto, é uma área que também queremos desenvolver.

«Há uma preocupação, nalguns aspectos, depois, quando estivermos em termos de apreciação já mais em sede de orçamento, que creio estarem bem descritos no documento que vos foi entregue, que é o esforço significativo que foi feito, e que a sua concretização vai também depender muito da articulação entre a componente política e a componente de direcção dos serviços, que tem a ver com uma redução ao nível de custos em vários domínios, quer seja na área das comunicações, na área da iluminação pública, dependente, também, daquilo que são outros projectos onde estamos envolvidos, concretamente com a Comunidade Intermunicipal do Oeste. Continuar com uma maior rentabilização dos recursos internos ao nível da limpeza das praias, da limpeza urbana, de modo a que o recurso a serviços externos também seja menor.

«Há ao nível dos custos com Pessoal alguns aspectos a clarificar, que decorrem da Lei do Orçamento Geral do Estado, na redução de recursos humanos. Estamos muito preocupados com este domínio, tendo em conta que houve uma pressão para que os municípios alterassem a sua estrutura de vínculos dos recursos humanos, colocando aquilo que eram as necessidades permanentes sob a forma de contractos efectivos de trabalho, contractos por tempo indeterminado. A nossa preocupação é que os níveis de recursos humanos, que serão tidos como referência para avaliar a diminuição destes, são reportados a 31 de Dezembro de 2008. Isto é muito preocupante, tendo em conta que foi particularmente a partir de 2010, quando a questão do PEC se colocou. Este é um dos domínios onde sentiremos maiores dificuldades, tendo em conta que consideramos que já tivemos um esforço de redução de recursos humanos.

«Esta era uma ideia geral, relativamente a alguns dos aspectos, para além da informação escrita que vos foi fornecida. Estaremos depois disponíveis para prestar mais alguns esclarecimentos.»

Américo Gonçalves (PS):

Fez a seguinte intervenção:

«Quero perguntar ao senhor Presidente, em relação à construção do Centro Educativo de Atouguia da Baleia, se a negociação dos terrenos vai aumentar o valor de 1,9 milhões para a sua construção. Ou se esta negociação ainda vai dar para fazer face aos 20% que a autarquia vai ter que dispor, porque estamos a falar de cerca de 400 mil euros.»

Vice-Presidente da Câmara, Jorge Amador:

Em resposta ao senhor Américo Gonçalves, fez a seguinte intervenção:

«Eu julgo que a questão colocada pelo senhor Américo Gonçalves merece a seguinte resposta: A negociação dos terrenos está encerrada, como já foi informado aqui e em sede de Câmara. Falta apenas a assinatura do contrato, porque um dos proprietários ainda não tinha entregado todos os documentos, de resto está tudo preparado para fazer o contrato que se impõe nesta circunstância. O valor da obra será um valor aproximado de 1,9 milhões de euros e o valor aproximado das infra-estruturas exteriores rondam os 500 mil euros, ou seja, há um total de investimento nesta obra no valor de 2,4 milhões de euros.»

Vítor Mamede (PS):

Fez a seguinte intervenção:

«Relativamente à estratégia de contenção de despesa, isto foi um assunto já falado, nas assembleias onde estive este assunto foi abordado, e esperava ver mais especificadas e quantificadas as áreas onde esta contenção vai ser um facto. Porque me parece, quando se elencou aqui um rol de intenções, que depois, quando chegarmos ao fim do ano, a despesa faz-se toda e a receita não é cumprida. Portanto, esperava que houvesse, de facto, alguma quantificação em relação a esta economia.

«Folgo muito por se iniciar a recuperação dos bairros sociais. Queria, no entanto, dizer, e penso que ficou claro ontem na discussão que se gerou aqui acerca da habitação social e mais concretamente o Bairro do Calvário, que acho que era importante fazer uma discussão muito profunda sobre o Bairro do Calvário, não tendo eu dúvidas que este bairro precisa de ser intervencionado, para dar condições de habitabilidade àquelas moradias. Penso que nem todas as pessoas da Assembleia têm o mesmo conceito acerca da recuperação do bairro e acho que não se perdia nada, antes pelo contrário, era importante, que se gerasse uma discussão com elementos das diversas forças políticas, porque talvez assim se conseguisse uma solução mais interessante.

«Relativamente ao encerramento dos serviços à hora de almoço, uma das razões apontadas nas Grandes Opções do Plano é a contenção de custos. Gostava que o senhor Presidente explicasse melhor isto. Não vejo bem onde poderá haver assim essa contenção de custos significativa, no entanto, gostava que explicasse porque pode de facto existir.»

Presidente da Câmara, António José Correia:

Em resposta ao senhor Vítor Mamede, fez a seguinte intervenção:

«Relativamente a alguns aspectos, irei solicitar a colaboração do Vereador Jorge Abrantes. Sobre a questão dos bairros sociais, particularmente do Bairro do Calvário, estamos absolutamente de acordo com essa tua nota. Porque sabemos das múltiplas formas de olhar e porque as intervenções têm de ser feitas, é nossa intenção que sejam feitas depois de pesados todos os contributos. Por isso fica aqui o nosso compromisso e agradeço também a tua ideia.

«Relativamente à questão do encerramento dos serviços, trata-se um pouco da experiência destes tempos. Primeiro, acontece que o nível de acesso aos serviços durante a hora de almoço é um nível bastante reduzido. Segundo, exige ter uma permanência de pessoas em que deixam de estar noutros momentos e o grau de resposta acaba por ser menor, relativamente às solicitações, por outro lado, estando nós a reduzir recursos humanos, como fizemos nas áreas administrativas, essa redução ainda se tornava mais difícil. Há aqui também, quer queiramos quer não, um ganho relativamente à redução dos consumos energéticos, tendo em conta, também, o tempo que está a funcionar. Por isso, ontem tomámos essa decisão por unanimidade da Câmara, com efeitos a partir do dia 9 de Janeiro, ou seja, de segunda-feira a oito dias. Temos consciência de que o ideal seria, eventualmente, manter, tendo em conta algum recurso que as pessoas fazem. No entanto, face à reduzida utilização, em termos de

análise do custo/benefício, ponderámos essa nossa decisão. Por isso, creio que a divulgação da medida, mas também delimitando o encerramento entre a uma e as duas horas, creio que teremos condições para as pessoas poderem resolver os seus problemas nalgumas situações mais difíceis.

«Quanto à outra questão do podermos ir mais longe ou não, posso dizer que já no ano passado tínhamos tido bastante trabalho em termos da elaboração, houve reduções significativas em termos dos custos já este ano. Ontem houve aqui um comentário, relativamente à questão daquilo que poderia ser a evolução da situação financeira do Município, não me recordo bem quem foi, mais ou menos do tipo: “Depois, quem vier atrás que feche a porta.” Nós, como não queremos fechar a porta, queremos continuar, obviamente, o sentido de responsabilidade não é só por isso, mas queremos, obviamente, ter um grande sentido de responsabilidade. Houve, de facto, quer queiramos quer não, uma redução abrupta ao nível das receitas, pelas diversas razões que sabemos, mas também a diminuição das receitas próprias. Creio que esse esforço de adaptação a essa realidade está a ser conseguido, e as múltiplas medidas que foram equacionadas, e que queremos que tenham também o envolvimento dos diversos serviços, poderão levar a uma continuada redução.»

Vereador Jorge Abrantes:

Em resposta ao senhor Vítor Mamede, fez a seguinte intervenção:

«Respondendo objectivamente à questão que o Vítor colocou sobre a estratégia de condição de despesa e a não quantificação, que afirma não estar presente no orçamento, isso não é verdade. Porque, de facto, a lista das medidas que estão anunciadas, para além de terem resultado de todo um trabalho no sentido de identificar as possíveis formas de redução da despesa que, ao longo de 2012, o Município vai ser obrigado a fazer, naquelas em que a certeza da redução é assegurada, o orçamento reflecte em redução.

«Por exemplo, a questão da iluminação pública, a certeza de que a instalação dos relógios astronómicos irá provocar uma redução de consumo de energia, bem como a redução dos horários de funcionamento, permite identificar a redução da despesa com esse item, e está no orçamento.

«No caso da realização de concursos para a carteira de seguros, a nossa expectativa é que haja uma redução do custo que temos com os seguros, mas não podemos é reflectir no orçamento, neste momento, essa redução. Esperamos é que a consulta que vai ser feita permita um mínimo de redução, por menor que seja, naquilo que são os actuais custos que temos com os seguros. O mesmo se pode dizer com o concurso para as comunicações, para os telefones. Esperamos, e temos a certeza, que o concurso que vamos fazer para os telefones do Município vá diminuir o valor que estamos actualmente a pagar e que já teve uma brutal redução, face àquilo que pagávamos há quatro/três anos. Agora, não pusemos aqui a identificação desse montante. Estamos na expectativa que vá haver uma redução.

«A Central de Compras do Oeste, com o projecto-piloto do papel, que se notou, de facto, que há condições para aquisição por parte dos municípios do Oeste de papel, de forma mais adequada e vantajosa. Nos outros produtos que avançar para abastecer os municípios do Oeste, resultará, também, em pequenas reduções, que, não estando

reflectidas, esperamos que, ao longo de 2012, a concretização dessa redução seja, de facto, real.

«Ou seja, o que eu penso que foi marcado por todas as forças políticas no executivo, o que se salientou foi, de facto, a identificação abrangente, o mais ampla possível, do conjunto de medidas que o Município vai ser obrigado a tomar no sentido de reduzir a despesa. E aqui voltamos à questão que, de facto, vai dominar o ano de 2012. É a forma como o Município de Peniche e todos os municípios do país irão actuar no sentido de ir ao encontro de um conjunto de exigências muito fortes, no sentido de redução de despesas, com a aprovação da Lei do Controle Orçamental, que está previsto ser aprovada amanhã.

«Eu estou muito preocupado, porque, de facto, essa lei, essa sim, vai ainda ampliar, mas muito mais, aquilo que vão ser as necessidades, ou as formas, de intervenção e de gestão que os municípios vão ter ao longo de 2012. Ou seja, se o Orçamento do Estado para 2012, já por si, inclui um conjunto muito vasto de obrigações a que os municípios portugueses, e o Município de Peniche, naturalmente, inclui-se nesse grupo, vão ser obrigados a reduções. Estamos a falar, como sabem, da redução das receitas municipais, estamos a falar das exigências de redução, no mínimo, em 10% das dívidas superior a 90 dias, é também uma exigência que esse montante seja ampliado, pelo facto da redução dos vencimentos que se verificarem em termos de subsídio de Natal e subsídio de férias, a redução que se verificar também será, obrigatoriamente, encaminhada para a redução das dívidas superiores a 90 dias. Ou seja, os municípios terão que chegar, por exemplo: Se a dívida superior a 90 dias for 3 milhões, neste momento, a 31 de Dezembro, nós teremos que chegar a Dezembro de 2012 com, pelo menos, 2,7 milhões, que é a redução de 10%, mas também com menos os 200/250 mil euros, que irá significar a redução dos vencimentos correspondentes ao subsídio de Natal e subsídio de férias, que também irá estar na redução da dívida superior a 90 dias. Ou seja, os municípios vão ser obrigados a reduzir as suas dívidas, acima de 90 dias, em percentagens que não são só os 10%, são bastante mais.

«Paralelamente, como o senhor Presidente já referiu, existem matérias que estão no Orçamento do Estado, e que constituem fonte de preocupação também relativamente a 2012, que é a redução dos recursos humanos, por um lado, que tudo aponta para que a generalidade dos municípios seja obrigada a reduzir, ao longo de 2012, em 3% o número de trabalhadores que tem no seu quadro. Também as alterações que estão previstas no Documento Verde, da estrutura dos quadros dirigentes e que o Orçamento do Estado já aponta para uma primeira redução de 15%. Vamos esperar de que forma é que haverá enquadramento, qual o enquadramento legal que esta medida irá ter, para que, no caso de Peniche, como sabemos, temos quatro directores de departamento, cinco chefes de divisão, temos 15%, dá 1,35. De que forma é que este 1,35, de acordo com o orçamento que foi aprovado, significa a redução de um elemento, a forma como esta redução terá de ser concretizada, sendo que o Orçamento do Estado prevê que, até 30 de Junho, terá de ser efectuada. Entretanto, o Documento Verde prevê reduções muito mais substanciais nesta matéria, o que também será motivo para que, em 2012, esta frente de trabalho ou esta realidade também seja motivo de preocupação.

«Retomando a questão inicial, dizer que, talvez para reforçar ou concluir esta ideia que transmiti sobre as surpresas que foram acontecendo, nós temos uma primeira

versão do Orçamento do Estado, que foi apresentada no dia 15 de Outubro, e temos a versão que foi aprovada, no dia 30 de Novembro. Convém salientar que foi preocupação deste executivo estar permanentemente atento à forma como, no Parlamento, cada artigo que tivesse ligação directa com as autarquias era aprovado na especialidade. Para perceber, o que se passou foi que a proposta de orçamento do dia 15 de Outubro tinha uma realidade para com as autarquias, a proposta final, aprovada em 30 de Novembro, tem inúmeras alterações, mas muito significativas, face à proposta inicial. A mim, admira-me como é que municípios conseguiram aprovar orçamentos em Novembro, ainda estas modificações não estavam concretizadas, porque houve alterações muito significativas, repito, muito significativas, da versão inicial para a versão final.

«Agora, esta questão da Lei do Controle Orçamental, que amanhã vai ser apreciada e votada no Conselho de Ministros, eu, sobre isso, só gostaria de ler a proposta de parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses. As conclusões dizem assim: “Em resumo, o Projecto, além de constituir uma afronta claramente inconstitucional, com poderes suspensivos da democracia, é tecnicamente um elemento estrangulador da actividade, que não contribuirá para o objectivo que pretende, antes constituirá um factor de estrangulamento e agravamento da situação de desequilíbrio, não só financeiro como também organizacional, e constitui um convite ao fraccionamento da despesa, de modo a facilitar o seu encaixe no horizonte temporal do trimestre.” Na prática, é dizer que os municípios vão ser obrigados a fazer uma gestão a três meses, em função das receitas que tiverem ou que estiverem projectadas para os três meses subsequentes, apenas poderão ter despesa que esteja assegurada pelas receitas dos próximos três meses. Isto vai ao encontro daquilo que, no dia 20 desse mês, portanto, pouco antes do Natal, o senhor Ministro das Finanças anunciou, de que iria, ainda este ano, apresentar e aprovar uma lei neste sentido. No sentido de regular, de ir ao encontro da necessidade do controlo orçamental que o memorando de entendimento e o programa de ajustamento financeiro exigem e que, neste momento, constituem situações que nós, se tivermos o máximo de cuidado a elaborar um orçamento com base naquilo que conhecíamos e que procuramos ir ao máximo pormenor da versão final do orçamento, acabamos por ser surpreendidos com esta lei que ainda vai provocar alterações que nós não conseguíamos prever aquando a elaboração destas Grandes Opções do Plano e deste orçamento.

«Ou seja, à semelhança daquilo que o Presidente ontem anunciou, de que tinha assinado um protocolo de aditamento ao contrato do CAR Surf, que tinha melhorado a elegibilidade do investimento que estamos a realizar, este aditamento que foi celebrado significa uma receita adicional que não está prevista neste orçamento, de entre 3 a 4 centenas de milhares de euros. Portanto, a diferença entre o momento em que elaborámos este orçamento e a assinatura deste aditamento, no dia 22, fez com que haja uma receita adicional não prevista neste orçamento, de um valor que se aproximará dos 400 mil euros. Só para dizer que esta é uma boa surpresa, naturalmente, mas também temos que ter consciência de que, o ano de 2012, tal e qual está a ser desenhado e tal e qual se projecta para a realidade económica e social portuguesa, vai ser um ano de muitos problemas para o Município de Peniche. Daí que as medidas de contenção que estamos a sugerir e que queremos que tenham resultados sejam as medidas que têm de

ir ao encontro das exigências que neste momento são desafios para os municípios.

«Finalmente, dizer que o Orçamento do Estado, numa série de situações, também exige ou ameaça que irá buscar às transferências do Orçamento do Estado para os municípios todas as verbas que resultarem de incumprimentos de um conjunto de medidas. Por exemplo, redução de 3% do pessoal, se um município não reduzir em 3% o seu pessoal, a transferência do Orçamento do Estado, a partir de 2013, será reduzida pelo valor correspondente àquilo que não reduzimos. Dívidas aos sistemas multimunicipais de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos. Neste momento, é dada a possibilidade de qualquer município que não pague à *Águas do Oeste* ou à *Valorsul*, no nosso caso, ou os sistemas municipais que estejam noutros pontos do país, é dada a possibilidade dessas entidades cativarem 20% da transferência mensal do Orçamento do Estado para as dívidas que não forem pagas.

«São bastantes os exemplos em que o recurso às transferências do Orçamento do Estado para o não cumprimento das medidas que este prevê, é um conjunto significativo que tivemos o cuidado de colocar nas Grandes Opções do Plano as versões finais dos artigos que foram aprovados. Dizer, já agora, que a numeração dos artigos que pusemos nas Grandes Opções do Plano não corresponde à versão final, porque, pela leitura que tive a fazer hoje da versão final que será publicada em Diário da República, penso que no dia 30 ou 31, será essa a data em que o Orçamento do Estado é publicado, há alteração de números de artigos. Os artigos que estão nas Grandes Opções do Plano são as versões finais aprovadas, mas o número a que estão associadas é o número com que foram aprovadas na Assembleia da República mas que, entretanto, houve reajustamento dos artigos e não à essa identidade. É só um esclarecimento final.»

Paulo Balau (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Eu começo por dizer que as GOP são, como é óbvio, as GOP do executivo, e, por isso, eu não me revejo nessas GOP. Começo por dizer isto, mas que tem toda a legitimidade para as ter, porque foram os mais votados nas últimas eleições. As GOP são as vossas, são as vossas opções, que não seriam seguramente as minhas, nem as de muitas outras pessoas, mas vivemos num estado democrático e a maioria deu-vos esse mandato para terem agora estas opções.

«Depois disto, depois de analisar o documento, há uma que me salta aos olhos, que é o *Sabores do Mar*. Dá-me a entender, pelo que está aqui, que, se o Turismo de Portugal não participar com alguma verba, o *Sabores do Mar* acaba. Eu gostava de saber se as contas do ano passado já foram aprovadas, se já foram apresentadas, porque é importante saber-se, o modelo que existiu no último ano, o que é que deu, o que é que gerou, o que é que não gerou, para se saber o porquê de se acabar não havendo a participação do Turismo do Oeste. Por outro lado, dá para depreender que tanto mexeram, tanto andaram, tanto modificaram o modelo que existia que o mataram. Nem o meteram moribundo, matam-no e acabou-se.

«Dizer também que, na análise do documento, há aqui uma questão que fala na Comissão de Trânsito, que eu faço parte. Dá-se aqui um grande empolamento à Comissão Municipal de Trânsito, uma coisa que, depois na prática, não é isso que acontece, porque, palavras do senhor Vice-Presidente, as opções são deles, eles é que

sabem, e têm toda a legitimidade para as tomar. Nós estamos lá para dar opiniões, como é óbvio, mas só para dar opiniões, claro que depois quem tem que decidir são vocês e nós temos que dar a nossa opinião das nossas vivências. Eu, derivado à minha profissão, relativamente às questões de trânsito estou indirectamente ligado e, por isso, se calhar, tenho uma visão privilegiada sobre determinadas coisas nesses aspectos que, se calhar, muitos não têm, porque nunca fizeram mais nada se não ser políticos.

«Depois disso, saber também, do senhor Jorge Abrantes, quando agora referia na questão do Orçamento do Estado que vai impor as dívidas às empresas intermunicipais de resíduos sólidos, de água e de saneamento, que vai impor que possam directamente resgatar 20% das verbas, se aí também inclui os SMAS. Como não é intermunicipal, penso que não. Mas, se não inclui, se calhar, temos que usar das nossas influências para falar com quem de direito, para ver se também inclui no orçamento que os SMAS sejam contemplados com essa medida.»

Presidente da Câmara, António José Correia:

Em resposta ao senhor Paulo Balau, fez a seguinte intervenção:

«Bom, eu pensava que não seria necessário ter a intervenção que vou ter agora. Eu creio que todos estivemos aqui na reunião de ontem. Todos sabemos, também, qual é que é o funcionamento dos órgãos e das comissões. Aquilo que foi dito ontem e aquilo que é a prática, nomeadamente na Comissão de Trânsito, foi: 1 - Há um assunto; 2 - Há opiniões sobre o assunto; 3 - Há a decisão da Comissão de Trânsito sobre aquilo que possam ser as propostas. Portanto, não há, até aí, nenhuma intervenção que não seja a intervenção da globalidade da Comissão de Trânsito. Por isso mesmo, enfim, quando os assuntos chegam à reunião de câmara, já têm, normalmente, as propostas, e não tem havido, a esse nível, qualquer atitude de pôr em causa aquilo que são as decisões da Comissão de Trânsito, neste caso concreto. Por isso, é só para dizer que acho que não fica bem essa questão. Uma questão é a opinião que cada um, como membro da comissão, tem, outra coisa é a comissão no seu funcionamento, como suporte técnico, as decisões que toma, que têm sido muito respeitadas pela componente política.

«Bom, quanto à questão do *Sabores do Mar*, eu estou a ler o que está aqui escrito nas Grandes Opções do Plano e, portanto, aquilo que é dito, de facto, é que nós celebrámos um protocolo com o Turismo do Oeste, não Turismo de Portugal, mas com o Turismo do Oeste, são valores que resultam de uma candidatura global da Região de Turismo do Centro, onde o Turismo do Oeste também tem os seus próprios projectos. Foi celebrado um protocolo com base naquilo que era esporádico, e agora não recebemos um tostão. Porquê? Porque o próprio Turismo do Oeste também não recebeu outros valores, e aí sim, do Turismo de Portugal, em tempo, por forma a poder executar despesa, ou, neste caso, para ter recebimentos para executar despesa, para receber do QREN para depois nos pagar.

«Eu coloquei esta questão aqui, a redacção é minha, mas que resultou da reflexão que todos nós tivemos. Porque é o seguinte: Esta informação que aqui foi dada sobre a Lei do Controlo Orçamental não tem só aquelas implicações, aquilo que está no Orçamento do Estado não tem só aquelas implicações das cativações dos valores, mas tem penalizações para os políticos e, por isso, comungando das preocupações que o Vítor aqui colocou, todos nós comungamos, mas, adicionalmente a tudo, nós vamos ter

que ainda ter mais cuidado, sob pena daqueles que desempenham cargos públicos autárquicos, etc., poderem ter, para si próprios, consequências que é, de todo, necessário evitar. Responsabilidade mesmo criminal.

«Poderás dizer que, de facto, não são as tuas Grandes Opções do Plano, mas este também não é o nosso orçamento. Ou seja, aquilo que nós temos aqui é um exercício que estamos a desenvolver e que, de alguma maneira, traduz o que foram as significativas reduções de transferências e a consequência, também, das questões associadas à questão do mercado, também uma redução relativamente a outras receitas.

«Bom, queria dizer que, relativamente ao *Sabores do Mar*, o valor global de investimento foi de setenta mil euros, já mesmo com comparticipação, porque, nos anos anteriores, não tinha havido comparticipação, porque o Turismo do Oeste não recebeu nenhum valor QREN. Já vamos para 2012, estamos no ano 2011, ainda não recebeu valores para as iniciativas que se propôs apoiar, inclusivamente havia uma questão que o José Leitão ontem abordou, que havia também uma parte de comparticipação do Turismo do Oeste, relativamente a eventos promocionais, como é o caso do campeonato do mundo, e também, nem no ano passado nem este ano. Por isso, o que estamos aqui a fazer é o seguinte: É dizer que será determinante para a realização. Claro que, como tu deves imaginar, tudo faremos, mesmo que eventualmente não venha, para se tentar encontrar com os nossos parceiros habituais soluções, ou com outros parceiros. Eu, aqui há tempos, descrevi a realização de uma reunião que tive com a organização da *Exposalão*, da Batalha, que também pretende com o Município de Peniche e com a Associação Comercial desenvolver aqui algum certame. Por isso, quisemos, de forma muito séria, colocar aqui a preocupação que tínhamos com isto.

«Nós, felizmente, que temos tido uma atitude responsável relativamente a um conjunto de compromissos, mas nem sempre fomos bem entendidos por alguns elementos na Assembleia Municipal. Aquilo que é o grau de cumprimento que nós temos para com a *Águas do Oeste* e o grau de cumprimento para com a *Valorsul* deixam-nos aqui tranquilos, relativamente a não sofrermos esta retenção dos 20%. Agora misturar a questão dos Serviços Municipalizados, relativamente ao valor, quando já várias vezes aqui foi dito que os Serviços Municipalizados são parte integrante do Município. Eu creio que a opção que nós fizemos é uma opção bastante acertada, relativamente às prioridades que nós estabelecemos quanto a esse domínio.»

Vereador Jorge Abrantes:

Também em resposta ao senhor Paulo Balau, fez a seguinte intervenção:

«Eu, respondendo também muito claramente, eu primeiro gostaria, já agora, e tendo em conta a questão que o deputado Ademar ontem colocou, relativamente àquelas notas explicativas dos fornecedores, nomeadamente por causa daqueles acordos que tínhamos com os fornecedores e que eu fiquei de entregar uma informação, está aqui a informação, precisamente para cada força política ver. Um esclarecimento adicional e um dos contractos que foi assinado, como exemplo do que são os contractos que celebrámos com cada um dos fornecedores.

«Dizer, relativamente ao Paulo, que pensa que não e pensa bem. Porque, de facto, o teor do artigo do Orçamento do Estado sobre esta matéria diz claramente que: “As autarquias locais que tenham dívidas vencidas às entidades gestoras de sistemas

multimunicipais do sector da água, de saneamento básico e dos resíduos devem apresentar, até ao dia 15 de Fevereiro, ao Ministério da tutela sectorial, as condições de regularização dos respectivos débitos.” Portanto, todos os municípios que devem aos sistemas multimunicipais, até 15 de Fevereiro, têm de apresentar planos de regularização dessas dívidas. Parágrafo 2.º do mesmo artigo: “Durante o ano de 2012, e em relação às dívidas contraídas pelas autarquias locais a partir de Janeiro do mesmo ano, é conferido um privilégio creditório às entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento e distribuição de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de afluentes e de recolha e tratamento de lixo, da dedução às transferências previstas no artigo 34.º da Lei das Finanças Locais.” O que é isto? O artigo 34.º diz que podem ir buscar até 20%. Portanto, neste momento, para qualquer dívida, os municípios vão ser obrigados a apresentar planos de regularização das dívidas que têm para trás. Sobre os valores de 2012, o que vai acontecer? Qualquer município que não pague, de imediato o sistema intermunicipal que seja alvo desse não pagamento tem a possibilidade, por via deste parágrafo, de ir directamente às transferências no Orçamento do Estado e cativar até 20%, para assegurar o pagamento dessa dívida.

«No nosso caso, e o Presidente acabou de o referir, a situação que temos com a *Águas do Oeste*, no meio dos quase 30 milhões de dívidas que os municípios do Oeste têm à *Águas do Oeste*, o Município de Peniche deve zero. No quadro da *Valorsul*, e por isso é que fiz a entrega deste documento, porque um dos acordos que temos e que está a funcionar com o fornecedor é com a *Valorsul*, pelo que, para a quase totalidade do valor em dívida que temos com a *Valorsul* o acordo já está feito. Resta um valor de cento e poucos mil euros que, até 15 de Fevereiro, teremos de apresentar o respectivo plano de regularização, conforme aqui está apontado, e que iremos fazê-lo com facilidade.»

Paulo Balau (PSD):

Fez a seguinte intervenção, em réplica ao senhor Presidente da Câmara:

«Só para dizer o seguinte: Continuo sem saber, relativamente ao *Sabores do Mar*, qual é que foi o valor apurado, se há contas relativamente ao *Sabores do Mar*. Falou em setenta mil euros de investimento. Não, o que eu quero saber é o que é que gerou. Não são os setenta mil de investimento que eu perguntei. Acho que são coisas diferentes, não sei, é que as pessoas, quando fazem aqui uma pergunta, parece que estão a ofender. Há que ter poder de encaixe. Ouvir as coisas e responder, quando se quer, se não se quiser responder faz-se o mesmo, não se responde. Agora ficar todo indignado e muito atrapalhado com as perguntas, até parece que está aqui alguém a ofender alguém. Se não tem estômago para isto o melhor é prescindir do cargo. É a minha sugestão, toma-a se quiser, é como as opções.

«Relativamente às opções, quando diz que este também não é o seu orçamento, não estou a falar de orçamento, estou a falar de opções. As Grandes Opções do Plano são opções e o que eu digo é que estas não são as minhas opções. Você pode dizer que se tivesse mais dinheiro fazia mais. Também queria fazer mais! Todos nós! Isso não se questiona. Agora, as opções é isso mesmo, são opções, a gente pode beber esta garrafa de água ou ter só o copo. Uns optam por beber da garrafa, uns optam por beber do copo. Aí é que são opções, uma coisa ou outra. Não é? Isto em bom português, já dizia o

gajo lá na televisão. E tenho dito. Muito obrigado.»

Presidente da Câmara, António José Correia:

Em resposta à réplica do senhor Paulo Balau, fez a seguinte intervenção:

«Paulo, só para dizer que, onde eu reagi mais fortemente, foi só sobre o teu comentário sobre a questão da Comissão de Trânsito.

«Quanto à outra questão, em termos objectivos, o valor rondou os setenta mil euros em termos do investimento global, houve, portanto, o compromisso do Turismo do Oeste em participar em cinquenta mil euros. Mas eu não tenho dúvida nenhuma que a globalidade da receita, nós não temos esse balanço, embora as organizações que lá estiveram o tenham feito, que foi bastante interessante para essas organizações e para Peniche. Houve as receitas relativamente à bilheteira, não tenho agora aqui as contas. Eu estou a dar os grandes números do investimento global. Foi equilibrado, foi interessante e também foi interessante na perspectiva das instituições de solidariedade social. Por isso, também tudo faremos para tentar continuar nesta frente. Mas não quis fugir a nenhuma informação.»

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

Fez a seguinte intervenção, ainda em resposta ao senhor Paulo Balau:

«Já agora, dizer que, relativamente às organizações, o lucro, aliás, tu sabes isso, mas podem não saber os outros senhores deputados, já agora fica a informação, o lucro líquido foi cerca de quatro mil euros por cada organização. Portanto, descontados todos os custos, aquilo que cada uma das quatro organizações que lá estiveram recebeu, de lucro líquido, são cerca de quatro mil euros, mais coisa, menos coisa.»

Ademar Marques (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Eu, no ano passado, comecei por dizer, em relação às Grandes Opções do Plano, que o documento tinha, não só as Grandes Opções do Plano, mas as grandes, as pequenas e as médias. Este ano, para além disso se confirmar, é um modelo com o qual eu não concordo muito, mas é um modelo, parece-me que, além do mais, e pegando naquilo que disse o senhor Vereador Jorge Abrantes, não são umas grandes opções realistas, na medida em que a realidade de 2012, já sabíamos, não era preciso o senhor Vereador vir aqui dizer, porque já sabíamos, porque o PSD tem vindo a dizer isso há muito tempo.

«O ano de 2012 vai ser muito difícil e, em relação a Peniche, também já vínhamos a dizer há algum tempo que era previsível que, mais tarde ou mais cedo, começasse a ser cada mais difícil para a Câmara, face ao que são as contas existentes e ao que é a gestão da Câmara. É algo para o qual temos vindo a alertar, há muito tempo, e, infelizmente, confirma-se aquilo que vínhamos a dizer.

«Noto, porém, no senhor Vereador, alguma surpresa em relação aos mecanismos para pagamento de dívidas. A verdade é que, embora haja muita gente por aí que se marimbe para o pagamento das dívidas, nós achamos que as dívidas são para pagar. Se o país está como está é em parte porque muita gente achou que podia diferir o pagamento das dívidas eternamente, e não ir pagando, não ir cumprindo com as

obrigações. Portanto, os mecanismos que agora forcem, de alguma forma, o pagamento das dívidas são a forma que o Estado encontra para que o estado local e o estado central também paguem as suas obrigações, cumpram as suas obrigações. Não me parece que seja algo que criticar, penso que deve ser visto como um incentivo a que os orçamentos comecem a ser mais realistas e mais verdadeiros. Porque, como sabemos, realizar as despesas e não realizar as receitas não dá depois um bom resultado.

«Em relação àquilo que são as prioridades lançadas no orçamento, é precisamente aí que eu acho que há aqui alguma falta de realismo. Eu, no ano passado, recorde-me que a grande prioridade era, e ainda bem que era, o Centro Educativo de Atouguia da Baleia. Parece-me que a educação deve ser a prioridade e vejo que continua como prioridade. Vejo, contudo, que continua, penso eu, com alguma ilusão, porque, face à realidade económica e financeira do país e do concelho, será difícil de cumprir. Há dois investimentos grandes em projecto, que são o Fórum Multiusos da Serra d'El-Rei e o Museu das Rendas de Peniche. São dois espaços culturais, naturalmente que são importantes, mas que, face à realidade, deviam ser reequacionados, porque não estamos em tempo de gastar dinheiro que não há. Sobretudo quando ainda há um museu no concelho por abrir, felizmente parece-me que está quase concluído, que é o Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia. Mas, face à realidade que vai mudando e porque nos temos que adaptar a ela, eu penso que estas opções, grandes opções que todos gostaríamos de ver concluídas, serão difíceis de concluir e, por isso, a minha classificação de que este não é um orçamento muito realista.

«Depois, outras questões, relativas às Grandes Opções do Plano, que eu já tive a oportunidade de comentar quando estive na reunião ao abrigo do Estatuto da Oposição. Parece-me muito infeliz a linguagem belicosa que é usada em relação ao Governo ao longo do documento, nomeadamente na parte que fala da necessidade dos ajustes. Não vejo necessidade disso num documento desta envergadura. Parece-me que, depois, quando falam dos cortes, esquecem, nessa parte, porque depois vem de facto, mais à frente, que para compensar de alguma forma os cortes, há a cativação das verbas dos subsídios de Natal e de férias para abater na dívida a fornecedores. Essa transferência indirecta acaba por compensar, de alguma forma, os cortes que são feitos de forma directa. Isso é dito, mas não de forma muito explícita no documento, onde se fala primeiro só nos cortes e, só lá para a frente, é que diz que vai haver um abatimento relevante destas dívidas a fornecedores por esta via.

«Outra questão para a qual eu chamei a atenção, e que me parece infeliz, é a referência ao processo de redução das freguesias. O senhor Presidente, ontem, deu-nos conta de que vamos agendar, ou que está agendada, a reunião para Janeiro, para discutirmos esse assunto. Eu dei conta de que a formulação que estava nas GOP sobre este assunto não me parecia a mais feliz. Percebo que, se for lida com a máxima atenção, não diz nada que não seja verdade. Mas, a forma como está dito, para quem não esteja muito atento, eu tive a oportunidade de falar disso na tal reunião, não me parece apropriada. Porque dá a entender que é um processo findo, quando é um processo que está em curso. A Assembleia ainda não se pronunciou e as discussões que tivemos na comissão, no grupo de trabalho, pareceram-me bastante positivas.

«Depois, em relação às medidas de redução da despesa, também me parece que,

de alguma forma, ficam aquém daquilo que é necessário, sobretudo tendo em conta a dificuldade que o senhor Vereador Jorge Abrantes já deu conta. Há, de facto, algumas aqui indicadas, como a redução das transferências para as freguesias, que me parece aceitável, no sentido de que todos têm de participar no esforço. Mas, há outra coisa que eu noto, há outras medidas que, se calhar, seria bom quantificar. Porque ficar-se pela mera intenção de redução disto ou daquilo, como por exemplo no uso dos carros do Município. Em vez de se ficar com a intenção de redução, devia-se fazer como fez o Governo, não usar os carros oficiais ao fim de semana e por aí fora.

«Há outra questão para a qual eu gostava de chamar a atenção. A palavra dívida aparece só quatro vezes nas GOP. Nós sabemos que as dívidas são bastante mais do que quatro e, desde logo, eu já chamei também a atenção para isto na discussão, não se fala das dívidas às associações e dos encargos assumidos com as juntas de freguesia, que ainda não foram pagas, e era bom que se falasse. Não se fala também de qualquer tipo de alteração da política de atribuição de apoios. Naturalmente que as associações têm de ser ajudadas, mas acho que temos de ser sérios e só atribuir os subsídios que sabemos que podemos pagar. Acho que não devemos dar ilusões, porque as próprias associações ficam, ou podem ficar, em dificuldades, assumindo encargos que afinal não podiam assumir. Acho que seria bom ter uma nota sobre isto.»

Presidente da Câmara, António José Correia:

Em resposta ao senhor Ademar Marques, fez a seguinte intervenção:

«Eu, obviamente, vou começar pela questão política, que, ao fim e ao cabo, emerge da intervenção do Ademar. Eu creio que, relativamente ao seu relacionamento institucional, sendo de um quórum maioritariamente diferente dos governos que têm estado, se há um município que tem um cunho exemplar é o do Município de Peniche. Não queria que fosse beliscado, utilizando a tua terminologia, que não fosse beliscado esse capital de relacionamento e de respeito que temos em termos institucionais.

«Obviamente que sendo as Grandes Opções do Plano um documento também de carácter político e que, de alguma forma, equaciona as questões que estão no momento, a acção ou aquilo que é o documento que está da reforma administrativa, em nosso entender, claramente, não é positivo para o poder local. Isso teríamos que o dizer. Não o afirmar seria sublimar este assunto.

«Há aqui pessoas que sabem, exactamente, do que estamos a falar, no domínio do relacionamento institucional nos pautaremos como temos pautado até agora. E não queremos que alguém que esteja próximo do poder possa, eventualmente, insinuar ou introduzir aqui algum grãozinho na engrenagem, que eu sei que não é o caso. Que fique clara a questão da beliscadela, queria que isso ficasse aqui claro, porque há mais gente a ouvir. Não significa, obviamente, que em domínios marcantes para o Município, em que estejamos em desacordo, que nós não assumamos esse desacordo. Assumimo-lo no caso concreto como foi a questão da saúde, na altura com o Doutor Correia de Campos. Cá estaremos para assumir em situações em que, eventualmente, esteja em causa a defesa da qualidade de vida dos nossos cidadãos.

«Utilizando também uma expressão de infelicidade, que eu acho que foram infelizes as referências que o Ademar fez quando quis ilustrar, com alguns dos investimentos, aquilo que seria um não realismo. Quer dizer que o edifício *António*

Bento, que foi um dos exemplos, vai constituir o exemplo claríssimo, positivo, da forma como nós conseguimos aproveitar aquilo que foi uma oportunidade interessante para a valorização do que é um factor de identidade fortíssimo de Peniche, que são as Rendas de Bilros. E dizer o seguinte: Nós, quando chegámos à Câmara Municipal, havia um adiantamento dado, na ordem dos quarenta mil euros, por conta do edifício. O que nós fizemos, como opção, foi comprar com mais o valor dos cento e sessenta mil. E aquilo que vai acontecer, relativamente ao edifício, é que iremos ter uma comparticipação de oitenta e cinco por cento sobre o valor dos cento e sessenta mil. Ou seja, se há uma medida exemplar é esta. Teremos condições de, relativamente ao restante investimento, de recuperação de um edifício dentro do casco histórico e de conteúdos para o edifício, condições, eu diria, muito positivas para termos o Museu da Renda de Bilros. Por isso, considero que não foi feliz, haverá algumas onde temos mais dificuldade, mas, esta aqui, não temos grande dificuldade.

«No que diz respeito ao Fórum da Serra d'El-Rei, tal como eu disse, há obras que nós vamos nos envolver com os recursos próprios, com os recursos humanos próprios, dentro da questão da rentabilização da nossa capacidade instalada, foi uma opção, numa relação directa, muito estreita, com a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, como criando aqui uma engenharia financeira que também vai ser um equipamento que ficará com um custo que, globalmente, será muito interessante, face àquilo que é o contributo destes dois investimentos para o acréscimo da atractividade do nosso concelho, não sendo só um destino mas sendo um destino com conteúdos para a sua visitação.

«Já agora, dizer-vos que acordámos hoje, com o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia e com o senhor Prior de São Leonardo, a data do dia 17 de Março para a inauguração do Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia. Vamos ter agora algumas reuniões no sentido de concretizar. Portanto, será mais um recurso que também ficará disponível.»

Vereador Jorge Abrantes:

Em resposta ao senhor Ademar Marques, fez a seguinte intervenção:

«Porque participei na reunião com os partidos no respeito pelo Estatuto da Oposição e porque conversámos sobre este tema na altura, eu fiquei surpreendido agora com a utilização da linguagem que foi utilizada. Quando o deputado Ademar diz que é infeliz a linguagem belicosa face ao Governo, eu gostaria só de pedir que me desse um exemplo, só um, em que se possa ter o entendimento de que nas Grandes Opções do Plano temos uma palavra ou uma afirmação belicosa para com o Governo. Porque, de facto, quer na conversa que tivemos sobre estes documentos, quer na leitura que eu faço do documento e no contributo que tive para a elaboração deste documento, não vejo uma única expressão belicosa. Não sei, talvez com que armas, que tipo de instrumentos é que esse aspecto bélico estará no documento, mas gostaria que me desse um exemplo de uma linguagem belicosa para com o Governo que esteja nas Grandes Opções do Plano.

«Relativamente às dívidas às freguesias, não se fala, mas elas estão no orçamento, consultando o orçamento, os mapas previsionais, estão lá referenciadas as dívidas existentes. Aliás, é uma obrigação que qualquer orçamento tem é de registar

tudo aquilo que esteja em trânsito, de dívidas em trânsito. Portanto, todas as dívidas que o Município tem estão reflectidas no orçamento e, no caso concreto das dívidas à Freguesia de Atouguia da Baleia, e também na reunião que fizemos com a Junta de Freguesia fizemos questão de conversar sobre isso, reafirmando as dificuldades que existem na regularização desses valores, mas manifestando a intenção, pelo menos a inclusão e a intenção de proceder à sua regularização.

«Finalmente, sobre os aspectos sociais e os apoios às associações, quando o deputado Ademar diz que não está nada nas Grandes Opções do Plano, relativamente a esta matéria, desculpe, mas as páginas 46 e 47 das Grandes Opções do Plano, no que diz respeito à política municipal pró-associativismo, dizem claramente, e repito o que aqui está, no início da página 47, um dos objectivos da carta local do associativismo é estabelecer a regulamentação para acesso aos apoios municipais, de acordo com a planificação das áreas de apoio municipal ao associativismo. Ou seja, está aqui uma intenção clara de alterar a forma como os apoios às associações, às colectividades, vai ser feita. Portanto, quando diz que não existe, que não existe informação sobre esta matéria, não é verdade, está aqui claramente.»

Ademar Marques (PSD):

Fez a seguinte intervenção, em réplica ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor Vereador Jorge Abrantes:

«Em relação à questão levantada pelo senhor Presidente, eu já ontem tive a oportunidade de dizer que eu estou aqui e falo aqui como eleito municipal, que entendo que tenho a responsabilidade para chamar a atenção para aquilo que me parece importante. Não misturo, e o senhor Presidente reconheceu isso, mas eu quero deixar muito bem claro, que não misturo qualquer das funções que possa ter com as funções que exerço aqui, na Assembleia.

«Independentemente disso e respondendo também àquilo que disse o senhor Vereador Jorge Abrantes, a linguagem belicosa, entende que, obviamente, isto tem um sentido figurado. Não estou aqui a dizer que está a apontar canhões ao Governo, ou armas, ou espadachins, se quiser ir para uma linguagem mais antiga. A linguagem belicosa é precisamente falar como se fala a propósito do Documento Verde, de uma forma muito negativa e dando a ideia que aquilo, de facto, é uma questão finalizada, quando ainda está em discussão. É falar a propósito da política social do Governo de uma forma, que eu também já chamei a atenção para isso na reunião que tivemos, entre outras coisas, mas chamo a atenção só para estas duas.

«Em relação àquilo que me disse sobre o que está no orçamento, sobre as juntas de freguesia e as associações, precisamente eu estava a falar das Grandes Opções do Plano, e nas Grandes Opções do Plano, como referi, não está. Em relação à questão que levantou de estar cá a reequacionar, não está cá precisamente, como não está cá a dizer como é que vai fazer.»

Tiago Gonçalves (PS)

Fez a seguinte intervenção:

«Estas são as Grandes Opções do Plano para 2012 do executivo da CDU, já aqui foi dito, e estamos perante o sétimo documento, deste género, apresentado pelo

executivo do Dr. António José Correia. Mais uma vez realçamos que o senhor Presidente da Câmara, embora o que se queira dizer sobre a elaboração destes documentos, respeitar os demais partidos políticos. Apesar de terem sido promovidas, e bem, diga-se, as audições aos partidos políticos sobre os documentos previsionais para 2012, uma vez mais, o senhor Presidente da Câmara manteve-se alheado a essas reuniões, delegando nos vereadores, vice-presidente e das finanças, quando, quem foi eleito directamente para o cargo mais relevante foi o Dr. António José Correia, que foi eleito Presidente da Câmara. Como sabemos, os senhores Vereadores são nomeados para esses cargos pelo Presidente e, portanto, a sua legitimidade não é tão directa como a que é atribuída ao Presidente da Câmara, por ser o cidadão que encabeça a lista mais votada. Pensamos que isso é um mau sinal, esse comportamento, embora tenhamos consciência que é legítimo e que se trata de uma matéria de organização própria do executivo, mas lamentamos não ter tido a oportunidade de debater estas questões com o senhor Presidente da Câmara.

«Assinalamos, ainda, que os documentos feitos, moldados e realizados, foram-no sem uma intenção sincera de envolver contributos da oposição. Os documentos são feitos numa base mais fechada e sem hipótese de grandes alterações. Mais uma vez, o calendário apresentado pelo próprio executivo traduziu-se numa derrapagem temporal, sinal de que este não consegue sequer cumprir os prazos que fixa.

«No essencial, analisamos estes documentos como vazios de inovação, numa repetição constante de ideias. Faça-se justiça ao facto de, verificando propostas de grandes opções anteriores, ter havido lugar, pelo menos, à actualização do ano de 2011 para 2012. Pois, no fundo, grande parte destes objectivos têm vindo a ser sucessivamente adiados. E esta constatação conduz-nos a uma palavra: Preocupação.

«O *Festival Sabores do Mar*, que é um evento de promoção gastronómica e económica das riquezas do nosso concelho, é condicionado há existência ou não de um apoio financeiro da Entidade de Turismo do Oeste. Preocupa-nos e lamentamos que um evento desta importância não seja uma prioridade e esteja dependente de apoios de outras entidades. O que no turismo a aposta resume-se ao mesmo, sem que haja lugar à inovação ou a acções que concretizem o défice de visitantes que importa atrair ao concelho, durante todo o ano.

«O Centro Educativo de Atouguia da Baleia, pela necessidade que significa para o desenvolvimento de condições educativas daquela vila, ao encontrar-se sujeito a ser ou não incluído nas situações excepcionais para a contabilização da capacidade de endividamento do Município, também nos preocupa. E preocupa-nos por se houver lugar a uma confirmação de que o Governo actual opta por dar prioridade à recuperação e não à construção de novas escolas.

«A conclusão da construção da nova Biblioteca Municipal, que é um espaço essencial à promoção cultural e à criação de condições para apoio a estudantes, vê-se também limitada há existência de condições favoráveis de financiamento. Esta incógnita, quanto ao futuro daquele espaço, preocupa-nos e salta-nos a convicção que esta não é uma prioridade.

Preocupa-nos que a actividade predominante na zona rural do concelho, a agricultura, mais uma vez esteja votada a um abandono nestes documentos.

«O alargamento do cemitério de Ferrel, onde só existe disponibilidade para

quarenta novas utilizações, é cada vez mais prioritário.

«No que toca ao relacionamento com as freguesias do concelho, assinalamos três aspectos: A câmara diz que vai prosseguir uma efectiva política de descentralização com as seis freguesias do concelho. Mas, esquece-se de dizer quais são, de facto, as medidas de descentralização que vai prosseguir. Em vez de o fazer, continua o rol de vitimização acerca da maior redução de sempre de transferências do Orçamento do Estado, esquecendo-se de referir que foi com a câmara CDU que o valor de transferências atingiu o valor mais alto de sempre, cinco milhões e duzentos mil euros.

«Apesar de assinalar a cooperação entre a Câmara e as freguesias, o executivo propõe uma redução de 10% de valores financeiros transferidos em 2011 para as freguesias. Só que estamos, mais uma vez, no domínio da coerência de incoerência de posições. Ora vejamos bem, a Câmara faz às freguesias aquilo que o Governo actual lhe faz e que não gosta que lhe façam. É caso para dizer: Bem prega Frei Tomás. Mas também entendemos essa opção, pois como dissemos, e sempre dissemos, dada a conjuntura actual, o esforço é colectivo e não deve excluir ninguém. Apesar de ser justo referir que o Orçamento do Estado também reduz as transferências para as freguesias.

«A recuperação do património histórico também nos preocupa e consideramos acertado o destaque para a requalificação da Fortaleza de Peniche, cuja pousada, há muito prometida, tarda em ver a luz do dia.

«Por outro lado, o encerramento dos serviços do Município à hora de almoço constitui um retrocesso para aqueles que trabalham e não dispõem de outras formas de aceder aos serviços camarários. Preocupa-nos que assim seja, embora compreendamos algumas das motivações expostas pelo Município.

«Estes documentos, perante o passado idênticos, apresentados pelo actual executivo, não são realistas nem credíveis, explicamos porquê: Incluem projectos cujo encerramento físico e financeiro ocorrerá em 2012, sendo que, desse modo, não têm grande impacto efectivo. Referem, uma vez mais, projectos que eram, nas Grandes Opções do Plano para este ano de 2011, considerados estruturais, prioritários e a concretizar neste ano e que não tiveram qualquer desenvolvimento real. Tais como o Centro Educativo de Atougua da Baleia, reabilitação de habitação social, intervenção no espaço da feira da Bufarda, construção de passeios no Campo da República, reabilitação da ponte Ribafria-Bolhos e início da construção da Casa Mortuária. Isto para fazermos apenas uma viagem às Grandes Opções do Plano de 2011, pois se fizéssemos a 2010, 2009 e 2008 encontraríamos mais exemplos. As Grandes Opções do Plano do Município, nos últimos anos, têm passado a ser como uma equipa de futebol cujos dirigentes adiam sucessivamente para o ano seguinte a vitória nos campeonatos em que jogam. Este ano é que vai ser!

«Apesar disso, e das dificuldades que atingem o país, os municípios e as famílias a Câmara avança com um conjunto de medidas transversais de contenção nos gastos da despesa corrente e de combate ao crescimento da despesa orçamental com as quais concordamos e são condição indispensável à viabilização por parte do PS destas Grandes Opções e do Orçamento, através da abstenção. Lamentando, apenas, que não se verifique uma referência clara quanto à sua quantificação e impacto financeiro destas medidas. Contudo, há que deixar bem claro algumas questões: A responsabilidade pelos documentos e pela sua execução, essa é exclusivamente da CDU. O PS manterá a

sua postura de atenta e cuidada fiscalização da execução destas propostas, o nosso compromisso é com o povo do concelho de Peniche e perante eles prestaremos contas.

«Assim, e porque entendemos desde o início que devemos pautar-nos com responsabilidade, sabemos e temos consciência de que um mau orçamento é melhor que não haver orçamento. Principalmente numa altura destas. Estamos e sempre estivemos disponíveis para contribuir com propostas, entendemos ser esse o nosso dever para construir um concelho com futuro.»

Anna Rodrigues (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Eu tenho algumas questões, porque não entendi ou gostava de ficar mais esclarecida, sobre algumas informações que estão na Grandes Opções do Plano. Em primeiro lugar, se calhar está nalgum outro documento ou nalgum anexo, mas eu não consegui visualizar, relativamente às medidas de contenção e redução da despesa, que eu penso que são objectivos que este executivo vai querer cumprir. Diz, por exemplo: “redução no valor global das comunicações”. Ou que diz: “redução e controle dos custos com a avença dos CTT”. Portanto, tem uma série de informações que eu penso que serão, no fim, objectivos e que eu acharia, e por formação base é que o digo, acharia interessante que, talvez não neste documento mas num outro, que estes objectivos tivessem uma implicação de uma percentagem da própria redução, que poderia não ser uma percentagem única mas poderia ter um intervalo. Porque esta redução de valor global das comunicações, se reduzirmos, por exemplo, dez euros já houve uma redução, mas pode não ser esse o objectivo, poderemos querer reduzir 2%, 3%, 5%, etc.. Penso que os objectivos devem ser quantificáveis para depois serem mensuráveis.

«Quanto às minhas dúvidas, algumas já foram esclarecidas, portanto eu não as vou colocar, mas eu não tenho grande conhecimento da “Aldeia do Surf”, que é uma informação pertinente para o ano de 2012. Eu até posso mencionar, à medida que vou falando, as páginas onde estão para também ser mais fácil depois poder ser respondido, está na página 20. Existe, também, na página 35, uma informação sobre as praias, uma candidatura às “Sete Maravilhas das Praias de Portugal”. Eu gostaria de saber quais são essas praias e quais foram os pressupostos que levaram a escolher essas mesmas praias e quando é que termina essa candidatura. Gostaria também que me dessem uma breve explicação dos projectos que vão ser desenvolvidos, em 2012, pelo Grupo de Acção Costeira do Oeste, que é liderado pela ADEPE. Na página 48, onde falamos sobre a marca “Capital da Onda”, eu gostaria de saber se há algum estudo de suporte que nos dê uma informação sobre, quantitativamente, o que é que a marca tem resultado de bom, porque, qualitativamente, todos nós, ou quase todos nós, consideramos que sim, que a marca tem ajudado Peniche a evoluir. Mas, se está quantificado, que evolução tem sido essa, se tem sido a nível de notoriedade, se tem sido a nível da vinda de pessoas, de visitantes a Peniche, se temos mais residentes, se temos empresas interessadas em investir no nosso concelho, etc.

«Relativamente à Comissão de Trânsito, não vou comentar o que já foi dito, mas, na página 40, diz-nos que é uma prioridade a implementação do que foi decidido em Comissão de Trânsito e que foi amplamente debatido na reunião de câmara. Não sei se foi na reunião de câmara, porque isto não está muito explícito. Diz: “na reunião de

Câmara Municipal de Trânsito, de 2 de Novembro.” Não sei se foi na reunião de câmara, se foi na comissão de trânsito. Mas, eu recordo-me que, quando estive na Associação Comercial, e já lá vão quatro anos, o meu executivo já inquiriu os associados desta zona envolvente do Largo 5 de Outubro, D. Pedro V, Campo da República, etc., sobre a reordenação do trânsito. Sei que não é fácil, também sei que as pessoas que estão nesta comissão dão o seu melhor. Também não foi fácil relativamente aos associados chegarmos a um consenso, mas também não sei qual é o projecto que está em vigor e o que é que pretendem implementar.

«E por último, a minha questão prende-se com os subsídios. Existe um valor orçamentado nos mapas previsionais para os subsídios, penso que para as associações, portanto instituições sem fins lucrativos, que, se eu não estou enganada, está orçamentada em 581 251,00 euros. Eu queria saber se os subsídios dos anos anteriores já estão pagos às associações, às instituições sem fins lucrativos. Diz também neste mapa previsional que existe um mapa auxiliar. Gostaria de saber se seria possível, eu e restantes bancadas, podermos ver esse mapa auxiliar, se é que ele está subdividido pelas ditas instituições sem fins lucrativos e, se não estiver, se nós, se eu, estou a pedir por mim, mas acho que é uma informação importante para todos os colegas deputados podermos saber como é que esses donativos são delineados para com todas as instituições. Isto porque, relativamente à Serra d’El-Rei, enquanto concelho fiscal da Serrana, tive conhecimento e verifiquei nos mapas previsionais, também, que existe um valor em dívida à Serrana de 3879,00 euros. Eu não sei se este valor é relativo ao ano de 2011, se já vem mais para trás, mas sei que existem alguns protocolos, nomeadamente com a banda filarmónica e com o rancho, e não sei até que ponto estão a ser cumpridos, se já foram liquidados. A minha questão prende-se mesmo com isso.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Eu queria levantar só aqui duas ou três questões. Há pouco, ali o senhor Vereador Jorge Abrantes falou sobre a dívida do Município à *Águas do Oeste*, que, salvo erro, é zero. Eu queria questionar, portanto, acho que a *Águas do Oeste* está em dívida com o Município, nomeadamente na construção da ETAR do Paço. Porque acho que nos envergonha a todos aquela situação dos esgotos daquelas aldeias, Bolhos, Ribafria, São Bartolomeu e Paço, estarem a ser canalizados para a barragem com os problemas todos que daí advêm, ainda por cima que é água para consumo público. Para quando a realização dessa obra? O Município não está a ser penalizado por estar em dia com a *Águas do Oeste*? Estamos a sofrer as consequências dos outros Municípios que não pagam à *Águas do Oeste*? Queria, portanto, este esclarecimento. Se calhar, a solução é nós não pagarmos à *Águas do Oeste*, para os obrigar a fazer as respectivas obras.

«Em relação às Grandes Opções do Plano, eu não sei se é as Grandes Opções do Plano, se é o orçamento, eu queria registar aqui, eu não conheço, da parte do município, se calhar, contenção em termos de verbas, mas é com alguma mágoa que eu vejo a fonte gótica sair do orçamento da Câmara Municipal. Eu gostava muito que aquilo fosse para a frente, porque, há pouco, falou-se aqui nos visitantes que visitam o nosso concelho e eu deparo-me ali, constantemente, pelo menos ali na vila de Atouguia da Baleia, as

peçoas que visitam a igreja matriz de São Leonardo, a igreja de Nossa Senhora e, depois, quando chegam ali à fonte gótica metem as mãos na cabeça, porque aquilo é inadmissível. Eu, quando discutimos a questão do orçamento, até disponibilizei, e continuo a dizer que, da parte da Junta de Freguesia, tudo fará para que aquilo seja uma realidade, ou com mais qualidade ou com menos qualidade, e queria que a Câmara me ajudasse na reabilitação daquele espaço. Acho que nos envergonha a todos aquele espaço. Assim como as outras duas obras, que são de menos significado, que é a ponte romana e o cruzeiro manuelino, porque têm de ser dignificados também, porque aquilo, como eu digo, envergonha-nos, perante quem visita aqueles espaços.

«Em relação aos subsídios às colectividades, existe da parte da Câmara esses protocolos e são muitas as associações da freguesia de Atouguia da Baleia que estão a sofrer consequências, pelo menos na elaboração do relatório das actividades. É protocolada da parte da Câmara Municipal uma determinada verba para as associações, mas verba essa que depois não é entregue. Algumas estão aflitas em relação ao relatório de actividades, não sabem o que é que hão de fazer, porque o Município está em dívida com elas. Penso que não são assim valores tão exorbitantes, acho que se podia regularizar isso.»

Presidente da Câmara, António José Correia:

Fez a seguinte intervenção, em resposta às três intervenções anteriores:

«Eu confesso que gosto mais quando respondo logo à questão que me colocam, porque fica mais vivo e mais fresco. Pelo menos é a minha sugestão. Embora eu respeite a opção que o senhor Presidente da Mesa tomou, e eu também não o contrariei, diga-se de passagem.

«Relativamente às questões que o Tiago colocou, e colocou-as de uma forma bem estruturada, queria só dar aqui algumas notas. É o seguinte:

«Relativamente à expressão que aqui utilizou, sobre a questão da equipa de futebol, eu começo por essa imagem da equipa de futebol, ele sabe que eu pego sempre nas imagens, portanto, há-de ser sempre por aí. De facto, esta é uma equipa de futebol e podem crer que, contrariamente até àquilo que foram as previsões que no princípio deram, relativamente a esta equipa, logo no primeiro mandato, logo nos primeiros meses, portanto, há um funcionamento em equipa. Quero dizer que não se trata de qualquer desconsideração relativamente a ninguém, enfim, embora se reconheça que tem legitimidade nisso, de não estar nas reuniões. Posso dizer que há domínios que têm a ver com questões financeiras, outros também pela relação próxima e até a própria componente política que o Jorge Amador tem e, por isso, não tenho, para mim, que as Grandes Opções do Plano saiam daí prejudicadas. Portanto, se eu sentisse que sairia prejudicado, eu próprio teria outro tipo de acompanhamento. Deixa-me, se calhar, mais margem de manobra para, enfim, algumas outras intervenções. Mas pronto, não é por desconsideração e os documentos não saem prejudicados por isso.

«Também a propósito da equipa de futebol, quando dizias que, enfim, as Grandes Opções do Plano são um pouco aquela ideia, como alguns clubes: “Bom, isto, este ano, é que vai ser!” E tem sido. Foi quando ganhámos em 2005 e foi quando foi em 2009. Portanto, cá estaremos para ver se a equipa de futebol também não vai ser, independentemente de não fazermos tudo aquilo que nós eventualmente queiramos.

«Relativamente a outras questões, obviamente que há aspectos que nós não concordamos, relativamente ao conter ou não conter inovação. No que diz respeito à questão da Biblioteca, quando é dito que esta fica um pouco a seguir, que não é uma prioridade e que, por isso mesmo, a cultura não será uma prioridade ou não é uma prioridade. Bom, eu cá acho que os exemplos que aí estão, relativamente aos investimentos, são a prova de que há prioridades. E mais, relativamente às intervenções que têm vindo a ser feitas na parte da recuperação do património, como é o caso do Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia. É um esforço que estamos a fazer e que queremos continuar a fazer. Há aqui é uma questão objectiva que eu creio que, com este aditamento ao contrato que fizemos do CAR Surf e com uma diligência que estamos a fazer relativamente ao fosso, por via dos trabalhos a mais, que possamos libertar capacidade de endividamento, que é isso, também, que nós estamos a fazer. E tudo faremos para se concretizarem, tal como eu tinha dito anteriormente.

«Indo um pouco ao encontro da questão, que cruzo aqui com a questão que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia colocou, é para dizer o seguinte: Eu, ontem, já tinha falado aqui relativamente à fonte gótica, à intervenção que nós fizemos de reabilitação da fonte em si. E, ontem, reconheci aqui, acho que ficou claro, e até dei a palavra ao Vice-Presidente, para minimizarmos e fazermos, e agradeço a disponibilidade que aqui demonstraste para também, em conjunto, concretizarmos, não, se calhar, um grande projecto, mas concretizarmos ali uma melhoria. Dizer que, também, todo aquele trabalho do Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia é mais um dos aspectos de visitação, da mesma maneira que, pode passar despercebido, a rota das igrejas também criou condições para a visitação ao nível de várias igrejas. Por isso acho que também isto podia ser valorizado, mas eu creio que foi mais por omissão involuntária. Depois, esta questão da ponte romana e do cruzeiro manuelino é uma questão também de ver as intervenções que nós poderemos fazer de melhoria, e o Vice-presidente fica também com essa indicação.

«No que diz respeito à *Águas do Oeste*, nós temos acompanhado muito de perto a questão do Paço. Fomos nós, em determinada altura, que contribuímos para se desbloquear o problema que havia entre a CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, a ARH do Tejo e a *Águas do Oeste*. Esse problema foi ultrapassado e depois houve problemas foi de concursos, concursos que tiveram de ser anulados. Portanto, esse é um dos assuntos que, nós próprios, colocamos nas nossas reuniões, sistematicamente. Creio que, este ano, de acordo com a informação que nos deram, vai ser concretizada a construção da ETAR, o que é importante.

«Eu queria só dizer o seguinte, relativamente aos valores das juntas de freguesia, o Jorge depois pode explicar um pouco mais detalhadamente, mas dizer o seguinte: Todos recordam que o PEC teve em 2010, quer dizer as medidas foram também em 2011, e este é o primeiro ano que nós reduzimos. Portanto, as reduções são acumuladas. À redução de 2010, soma-se a redução de 2011, soma-se a redução de 2012 e, só agora, é que nós reflectimos. Mas há um domínio que nós não reduzimos, tem a ver com a comparticipação na questão dos custos com o pessoal que os senhores presidentes de junta têm também disso conhecimento. Ou seja, não vamos ver a questão dos 10%, acho que não será justo, acho que, politicamente, é também incorrecto essa utilização, na medida em que a redução global das transferências fica aquém desse

valor. A componente dos recursos humanos é também importante ao nível das transferências. Portanto, isto fará com que a redução se situe ao nível dos 4,9%.

«A “Aldeia do Surf” é um conceito que foi apresentado na convenção *Sou de Peniche*, que tem a ver com aquele espaço, que é do Município, onde está integrado o parque de campismo, o parque aquático, o terreno onde também a Câmara já apontou para a construção da loja da *Rip Curl*, todo aquele espaço ali à volta. Porque tem ali também o Centro de Alto Rendimento foi a denominação que se designou de “Aldeia do Surf”. Por isso, aquilo que foi o documento que foi apresentado irá ser desenvolvido o plano em 2012.

«Quanto à questão das “Sete Maravilhas das Praias de Portugal”, a candidatura tem de ser feita até ao dia 15 de Janeiro. A ideia é apresentar em todas as categorias, aquilo tem várias, tem selvagens, praias de arribas, dunas e também de desportos aquáticos, de modo a, e esse é o objectivo, a podermos ter uma, porque tem vários critérios, poder ter uma das praias a votação. Portanto, acho que esse será o objectivo. Enfim, há muitas praias a nível nacional, praias também muito boas e, como tal, eu creio que os critérios que nós temos respeitado, relativamente às seis Bandeiras Azuis, das Águas Douradas, praias acessíveis, o facto de também sermos um município com Bandeira Verde, a Bandeira Eco-21, este conjunto entrará na ponderação, que eu estou em crer que passaremos à fase de votação com, pelo menos, uma praia. Estou a dizer como objectivo, porque que há muitos critérios. Por região não pode haver mais, por exemplo, a região Centro não pode ter mais do que duas praias, portanto, é só para dizer que há limitações. Portanto, eu acho que seria interessante ter uma em votação. A questão da votação é um processo complexo e não me vou pronunciar sobre ele. De qualquer forma, acompanharemos toda a parte do investimento.

«No que diz respeito à questão da marca “Capital da Onda”, há o documento que serviu de base à sua elaboração, se qualitativamente, pronto, há esse reconhecimento, ontem informei aqui daquele estudo que estamos a desenvolver e em que está envolvido o Instituto Politécnico/Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar com um conjunto em torno da Universidade Nova, quer pela FCT quer pela Faculdade de Economia, num estudo que é *O valor das ondas e a cultura oceânica*, com economistas na área da métrica, portanto a econometria. Portanto, depois poderei dar uma informação mais detalhada, à medida que o trabalho for sendo feito.

«Quanto à questão dos projectos do GAC, do Grupo de Acção Costeira, há uma candidatura que a Câmara Municipal apresentou para a questão da *Mostra Internacional da Renda de Bilros* e que já está aprovada para três anos. Além de que estão candidaturas apresentadas para o Espaço Interpretativo dos Fornos do Murraçal da Ajuda.

«Sobre a questão da Comissão de Trânsito dou a palavra ao Jorge Amador e, depois, o Jorge Abrantes falará sobre os aspectos que têm a ver com as questões financeiras.»

Vice-Presidente da Câmara, Jorge Amador:

Fez a seguinte intervenção:

«Senhor Presidente, se me permite, em primeiro lugar, como o senhor é meramente presidente de um órgão meramente político, quero dizer-lhe que eu me identifico, claramente, com os cidadãos que estão na vida activa, desde a data que

entenderam que deviam estar. Portanto, não tem qualquer problema, eu sou político e, como tal, afirmo aqui que sou político. Aqueles que têm vergonha de serem políticos não deviam pertencer à Assembleia Municipal, porque a Assembleia Municipal é um órgão meramente político.

«Relativamente ao Tiago, queria só dizer o seguinte: Tiago Gonçalves, caro amigo, utilizando uma linguagem desportiva, eu direi que estes quatro *Ronaldos* ou estes quatro *Méssis* foram fintados a meio do mandato, pela alteração das regras do jogo. Portanto, está a resposta dada ao essencial da questão que foi colocada.

«Relativamente às questões do trânsito, dizer o seguinte: A proposta, que está neste momento já em sede de análise pela Câmara Municipal, é uma proposta global, que vai desde a Praça Jacob Rodrigues Pereira, que apanha o Largo D. Pedro V, vai por aí acima e sai junto à Capela de Santo António. Tem um conjunto de medidas que alteram inclusivamente a circulação em determinada zona do percurso e, acima de tudo, tem um conjunto de vias de sentido único. Temos também em conta as questões da mobilidade e, por isso, apontámos um conjunto de soluções de defesa das pessoas que utilizam essas vias. Relativamente às questões da utilização do espaço público, também temos um conjunto de propostas, relativamente ao estacionamento e, também, da ocupação de equipamentos por parte das pessoas.

«Querida também chamar a atenção do senhor Presidente da Junta relativamente à fonte gótica, que já tínhamos assumido aqui, ainda ontem, através do senhor Presidente, esta intervenção. Isto tem a ver também com a reunião que tivemos com as juntas de freguesia, nomeadamente com a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, e quase que lhe deixo o repto, depois da fonte gótica e do centro educativo, julgo que, pela primeira vez, está em condições de votar a favor deste orçamento e das Grandes Opções do Plano.»

Vereador Jorge Abrantes:

Fez a seguinte intervenção:

«Relativamente aos subsídios às colectividades, nós, durante os meses de Outubro e Novembro, tomámos um conjunto de deliberações na Câmara, por um lado pelo reconhecimento da elevada dimensão de valores que se foram acumulando, através de deliberações de concessão de apoios que não estavam a ter a correspondente regularização. Nesse sentido, aproveitando as receitas do IMI, de Outubro, acabámos por fazer uma razoável actualização de alguns dos subsídios que estavam em atraso. Não tendo conseguido, no entanto, responder à totalidade dos compromissos que temos listados, daí termos aprovado, também, no final de Novembro, princípio de Dezembro, na Câmara, a concessão de novos apoios às colectividades, com o compromisso de que esses apoios seriam regularizados com a recepção das verbas do IMI, em Maio. Portanto, na prática, não poderemos garantir, de outra forma, a regularização de um montante razoável a colectividades, daí termos, por um lado aprovado os montantes a conceder e, por outro, aguardar por um período em que, efectivamente, temos a certeza de disponibilidade financeira para proceder a essa regularização.»

Anna Rodrigues (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Peço desculpa, mas eu não fiquei totalmente esclarecida. Quanto à resposta do senhor Vice-presidente, efectivamente eu concordo que o documento da Comissão de Trânsito é exaustivo. Relativamente à “Aldeia do Surf”, eu vou procurar no *site* da Câmara, porque também continuei com algumas dúvidas, também entendo que este espaço é muito pequenino para tantas dúvidas, mas penso que todos entendem que nos deram um documento escrito, com 49 páginas, e um documento provisional com 98. Portanto, se nós não pudermos colocar aqui as nossas questões, se calhar temos que as colocar por escrito para sermos totalmente esclarecidos.

«Quanto à resposta do senhor Vereador Jorge Abrantes, fiquei aqui efectivamente com algumas dúvidas. A questão que eu coloquei, do valor que está em dívida à Serrana, não fiquei a perceber se era relativamente aos donativos ou aos subsídios não pagos ainda, como também não consegui perceber se os subsídios que estavam em dívida dos anos anteriores vão ser na íntegra, totalmente, pagos e vou explicar porquê. Porque me apercebi, e não tenho o documento escrito aqui comigo, portanto não posso garantir a veracidade desta informação que vou dar agora, mas poderei ter rapidamente, que a Serrana tinha recebido uma comunicação ou tinha recebido uma informação que havia, relativamente ao protocolo da banda, dois anos de dívida ainda por liquidar dos subsídios e que a câmara só iria liquidar um ano, porque estaria com dificuldades financeiras. Portanto, fiquei com estas dúvidas todas ainda, também não me responderam se por mero acaso iriam facultar o mapa onde estão inscritos os subsídios dados às colectividades do concelho de Peniche e em que estado é que estão as coisas.»

José Amador (CDU):

Fez a seguinte intervenção:

«Uma nota prévia antes de entrar nas GOP e no orçamento da Câmara Municipal, para responder ali ao deputado Ademar, em relação ao pagamento das dívidas e a palavra “marimbando” que todos nós sabemos de onde é que ela veio, o que é que queria atingir e como é que ela foi entoada. Mas, em relação às dívidas, eu acho que sim, que devemos pagar as dívidas. E portanto, eu ia perder aqui apenas dez segundos, diz o seguinte numa informação que eu recolhi do jornal, que de vez em quando dá-me na cabeça de ir ver os jornais, e vinha lá escrito assim: “Mais de metade dos presidentes dos municípios da região autónoma da Madeira foram condenados, nos últimos anos, por infracções financeiras. Os autarcas responsáveis pela própria associação dos municípios também irão a julgamento, que acaba de ser requerido pelo Tribunal de Contas”. Pronto, em relação às infracções, li aqui em trinta segundos, e portanto, da região Autónoma da Madeira, a gente sabe de onde é que elas são.

«Sobre o ponto que estamos a discutir, também vou ser rápido, apesar disto ter duas folhas, mas isto lê-se também num minuto. Senhor Presidente da Assembleia, senhores Autarcas, Municípios presentes, pretendo, nesta minha intervenção, denunciar o ataque à autonomia política e financeira do poder local democrático por parte do Governo PSD e CDS-PP, com consequências inevitáveis nas Grandes Opções do Plano e no orçamento da Câmara Municipal de Peniche para 2012. A exemplo do Governo do PS, o Governo do PSD/CDS-PP impõe, através do seu Orçamento do Estado para 2012,

a redução de transferências financeiras, a implementação de uma política de cortes sérios no número de trabalhadores ao serviço das autarquias, a redução de 50% de horas extraordinárias, que vão colocar em causa vários serviços públicos às populações, tais como limpeza urbana e ou limpeza de praias. É neste quadro puro e duro contra o poder local democrático que o executivo da CDU apresenta este importante documento da autarquia para 2012.

«De registar, mais uma vez, uma prática instituída pela CDU no Município de Peniche, de auscultação nos termos da lei dos partidos da oposição, que aqui já foram criticados, porque o deputado Tiago entendia que o Presidente devia estar em todas, como se nós, no Governo, tivéssemos de pedir todos reuniões ao senhor Primeiro-Ministro, nunca mais atendia, o homem. Foram também realizadas reuniões em todas as juntas de freguesia do concelho.

«Das propostas contidas nas Grandes Opções do Plano e no orçamento para 2012, destacamos a construção do Centro Escolar de Atouguia da Baleia, a reabilitação da EB do 1º ciclo de Geraldês, a intervenção no recinto da feira mensal da Bufarda, o início da reabilitação do edifício multiusos da Serra d'El-Rei, o desenvolvimento do projecto de alargamento do cemitério de Ferrel, o início do Museu das Rendas de Bilros de Peniche, o início da implementação do projecto de reabilitação dos três bairros sociais no âmbito do programa *Próhabita*, a construção da casa mortuária de Peniche, a conclusão de obras de reabilitação no fosso das muralhas, o forte apoio à actividade das freguesias do concelho. Aproveito para saudar a Câmara Municipal de Peniche, presidida pela CDU, pela qualidade dos documentos apresentados, e sublinho aqui o conjunto de medidas de contenção de despesas, que aqui já foram referidas também, algumas delas que já se encontram em execução.

«Uma palavra final de estímulo e de apoio e solidariedade aos trabalhadores ao serviço da autarquia, vítimas de corte de salários e direitos sociais.

«E mesmo para terminar, ainda respondendo novamente ao deputado Ademar, quanto à linguagem agreste e tudo aquilo de mal que o Governo está a fazer às autarquias, não podemos ficar calados. Apenas vou ler uma quadra de um grande poeta popular e que eu gosto muito, e que diz assim: “Não me dêem mais desgostos porque sei raciocinar. Só os burros é que estão dispostos a sofrer sem protestar.”»

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

Fez a seguinte intervenção:

«Eu hoje, se calhar, vou fazer uma pequena intervenção a contraponto. Eu devo dizer que, nestes anos todos de democracia, aprendi a procurar ser respeitador das ideias de todos, por muito absurdas que elas me pareçam e por muito contrárias que elas sejam às minhas. Isso é um processo de crescimento que eu tenho procurado fazer e acho que, com algum sucesso, tenho conseguido. Hoje sou claramente apologista de que todas as opiniões são válidas, particularmente quando são colocadas num plano sério e transparente. Portanto, quero começar por dizer isto.

«Agora, não posso deixar, num espaço como este, que é um espaço de construção, de nós perdermos, para mim falo, estou a falar de nós, por isso estou-me a incluir, demasiado tempo, às vezes, em questões que são laterais àquilo que, se calhar, é mais importante para Peniche. Nós somos muito de redondilhas, relativamente àquilo

que é o facto em si, aquilo que é a questão que interessa, e depois, muitas vezes, ficam de fora, de facto, questões importantes. E estou a dizer todos nós, atenção. Não estou aqui a apontar a mão a A, a B, C ou D. Aliás, este debate, hoje, é um debate que peca, exactamente, pelo volume de informação que trouxemos para aqui, pelo volume de repetição que trouxemos para aqui e pela falta de eficácia que, se calhar, vai sair daqui. Portanto, eu gostava de deixar esta minha, se calhar um desconsolo, volto a dizer, se calhar má gestão de tempo de quem está aqui, mas pronto.

«Dois mil e doze é um *annus horribilis*, isso não tenhamos dúvida nenhuma, da história recente de Portugal. E nós só estamos a discutir aquilo que conhecemos, porque estamos a funcionar num panorama que vai ser bem pior do que aquilo que parece. Eu devo dizer que aquilo que é imprevisível, provavelmente, é mais danoso, mais penoso que aquilo que nós podemos prever. Eu falo, por exemplo, das organizações de intervenção social, que estão, neste momento, a entrar numa via de colapso. E, se acabarem por colapsar, sabem onde é que as pessoas que são apoiadas vão bater à porta? Vão bater à porta das autarquias. Isto é uma coisa que me preocupa. Aliás, eu já tive oportunidade de trazer isso aqui e sugeri até que se fizesse uma iniciativa, um debate sobre um plano de emergência social local. Penso que faz todo o sentido. Continuo a defendê-lo que, se calhar, até em sede sequencial às próprias GOP valia a pena discutir estas situações de emergência social, que, se calhar, nós aqui e as outras localidades também vão sentir.

«As dívidas existem, grande parte delas são claramente motivadas por irresponsabilidade. Agora, o que me choca é que ninguém saia punido dessa irresponsabilidade. Nós continuamos todos aqui a falar do discurso da decência, mas eu não vejo nenhum dos indecentes castigado por isso. Indecentes, aqui, entenda-se aqueles que não cumpriram as regras, porque me assusta, profundamente, um discurso que, cada vez mais, está amarrado às contas. Não é que as contas não sejam importantes, não é que nós não tenhamos que ser sérios e transparentes, mas há pessoas no meio, e o mais importante continuam a ser as pessoas. E o que acontece é que com este discurso amarrado às contas que nós temos, por muito válidas que sejam as razões, vamos deixando as pessoas para segundo plano. E isso, como cidadão, assusta-me profundamente. Porque é preciso fazer perguntas. Onde é que ficam as pessoas no meio disso tudo? É que quem está a pagar todos os males deste país são as pessoas, são os cidadãos, e nós, por muito razoável que seja o discurso, e eu aceito-o como perfeitamente razoável do estado a que isto chegou, é importante não esquecer que não podemos fazer deste estado a que chegou um estado ainda pior, particularmente para os cidadãos que estão mais fragilizados. Porque eu começo inclusivamente a perguntar onde é que fica o futuro, onde é que fica a esperança deste país.

«Eu não sou economista, aliás não fui eu que disse que há vida para além do défice, creio que foi o anterior Presidente da República, Jorge Sampaio. A pior medida que se pode fazer para o desenvolvimento é exactamente deixar de investir. É evidente que há aqui uma questão que se pode colocar sempre, e por isso é que eu falo do discurso contraditório, porque, por um lado, se quer que se faça muita coisa, mas depois não se reconhecem que não há condições para fazer muita coisa. Eu não me assusta, sinceramente, e não estou aqui com um discurso a defender as GOP, até porque não precisam disso, já as defenderam mais do que bem, mas eu acho que as GOP,

exactamente por serem, se calhar, ambiciosas são um sinal de esperança, que vale a pena apostar.

«Reparem uma coisa, eu sou manifestamente contra qualquer tipo de ilegalidade, mas dentro da legalidade sejamos criativos e, sobretudo, atentemos que há pessoas aqui no meio e que nós temos que dar espaços de esperança às pessoas, temos que dar espaços de futuro às pessoas. Não podemos parar o desenvolvimento em nome da crise. Isto não é nenhum sinal, acreditem que isto é só um mero desabafo que, provavelmente, está aqui um bocado descabido. Mas, eu acho que nós temos que ser capazes de, atendendo à situação que o país vive e nós fazemos parte do país, obviamente, não estamos a viver no Burquina Faso, nem todos iremos certamente imigrar como foi sugerido, aqui há dias, de uma forma que me pareceu pouco feliz, mas lá está, isto das palavras valem o que valem. Vamos cá ficar, então concentremos, de facto, as nossas atenções, umas estão mais rigorosas, é claro que sim, mas sem deixarmos de apostar num investimento que tenha a ver com a melhoria das condições de vida das pessoas. É só um voto que, se calhar, não faz sentido, porque eu sei que esta é a intenção que todos têm, mas, às vezes, perco-me um bocado num discurso que, para mim, tem aspectos contraditórios. Não vou falar em nenhum deles, porque não quero ter a veleidade de dizer que nenhum de vocês está preocupado no discurso que fez com as pessoas, mas, se calhar, aquilo prevalece, para quem está a ouvir, é exactamente o outro lado da crise. Para mim, o lado da crise mais importante é o impacto que tem nas pessoas. Era só esta ideia que eu gostava de deixar, obviamente na minha qualidade também de membro desta Assembleia Municipal e não propriamente na qualidade de Presidente da Mesa, que não o poderia fazer, como devem calcular.»

Licínio Pereira (CDU):

Fez a seguinte intervenção:

«Vou falar sobre a educação, mas queria, antes do mais, dar-lhe os parabéns pelo seu discurso, em meu nome, que ressoa quase o brilhante. Já tem habituado aqui a assembleia a discursos desse tipo e eu não queria deixar passar isso em claro. Não é uma troca de galhardetes. Eu queria saudar aqui também a forma como a oposição recolheu as Grandes Opções do Plano e o orçamento. Não concordou. Eu acho que isso é saudável. Eu também não me admirava, porque estas Grandes Opções do Plano e o orçamento têm um ADN, o nosso ADN político. Marca a marca. A gente não tem complexos disso. Tem o nosso ADN político. Eu também não me admirava se daqui a, oxalá que não, mas daqui a uns anos aparecessem aqui Grandes Opções do Plano a defenderem posições do Governo e que se fosse criar um gabinete de apoio à emigração com *kits* para o emigrante. Não me admirava nada.

«Mas vamos voltar à educação. A educação é para mim uma questão grata e aqui nas Grandes Opções do Plano, por razões profissionais e pessoais, é uma questão grata para mim, é um factor que eu considero de extrema importância para o desenvolvimento da sociedade. Saber torna um homem livre e menos vulnerável à exploração. Numa altura em que começa, subtilmente, a ser associado o acesso ao ensino por razões económicas, numa política salazarenta, vemos estudantes a passar fome nos vários níveis de ensino, deixando de fora muitos jovens intelectualmente superiores face aos filhos das classes dominantes, e não é por acaso que são criadas

escolas de elite para sociedades de elite. É com orgulho que vejo a preocupação da Câmara relativamente a esta questão, investir no melhoramento dos edifícios escolares, das infra-estruturas, a acção social que permite que os nossos jovens possam ter refeições dignas, acho que vamos atingir o número de cem mil refeições. Eu não sei se isto será orgulho, se será um espelho de uma outra realidade bem mais dura, porque ninguém aprende de barriga vazia.

«Bolsas de estudo que, na maioria das vezes, podem fazer a diferença entre continuar ou abandonar os estudos. Vão ser treze atribuídas no valor de treze mil euros.

«Eu acho que, nesta questão da educação, a cereja em cima do bolo será o Centro Educativo de Atouguia da Baleia. É um edifício moderno, e eu tenho um certo orgulho, porque eu vivo na Atouguia da Baleia. É um edifício moderno, funcional, que deixará de ser uma promessa, creio eu, para ser uma realidade. Vai pôr um ponto final nas decrépitas instalações escolares que não dignificaram ninguém durante décadas e posso, com segurança, afirmar, com conhecimento de causa, que é mais fácil aprender mas, também não menos importante, será bem mais fácil ensinar.»

Vítor Marques (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Eu queria começar por ler uma frase que está aqui nas GOP: “A atractividade do nosso concelho, pela sua localização geográfica e pela manutenção e reforço das suas actividades económicas ligadas ao mar e à agricultura, tem sido sistematicamente fortalecida nos últimos anos.” Acontece que é o único parágrafo onde fala de agricultura. Não vemos aqui mais nada relacionado com este tema. Nem se fala da mostra de produtos agrícolas, nem da feira da agricultura, nada relacionado com este tema.

«Para além das actividades económicas ligadas ao mar, eu penso que nós temos vivido e temos sabido atrair algum turismo para o nosso concelho, e penso que, nestas GOP, quando falam de turismo, faltam aqui algumas coisas que têm sido importantes para o nosso concelho e, por isso, deveriam ser prioridades para o nosso concelho. Desde logo o *Festival Sabores do Mar*, que eu espero, sinceramente, que não termine, nomeadamente no modelo em que foi feito este ano e que foi diferente dos anos anteriores. Depois, creio que devíamos falar também, devíamos apostar, embora eu saiba que seja uma festa religiosa, em que a Câmara participa muito pouco, mas acho que devíamos apoiar, devíamos ter uma palavra mais importante sobre a *Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem*. Dar algum dinamismo à festa, que eu creio que tem, nos últimos anos, vindo a perder alguma da sua notoriedade. Depois, também não vem a falar aqui da *Feira de Artesanato*, que continua também a atrair muitas pessoas a Peniche e, por isso, devia manter-se.

«Querida, por último, deixar uma crítica relativa a uma coisa que não se fala também, que tem a ver com um momento que vamos viver agora, que é a passagem de ano. Este ano, diversas pessoas me questionaram se ia haver ou não fogo-de-artifício, conjunto e tudo o mais. Bem, eu creio que isso tem, nos últimos anos, vindo a ser também fortalecido em Peniche, esta passagem de ano, e aqui não se fala nada. Este ano, só há quinze dias, ou se calhar há menos, é que se ouve alguma propaganda sobre isso. Mesmo na página do Município não existe nada sobre este tema. Portanto, é uma

crítica que deixo, que se devia apostar.

«Em relação a turismo, não posso deixar, claro, de falar das nossas praias. Eu vi aqui um projecto. Fala-se aqui na qualificação das praias do Molhe Leste e Superturbos. Eu creio que não devem ser só estas, mas devem ser todas as praias. Eu sei que nem tudo é possível, mas depois, no orçamento, estamos a falar em dez mil euros. Isto é para o início? Para todo o projecto? Há alguma comparticipação? Queria só um esclarecimento neste sentido.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, Henrique Bertino (CDU):

Fez a seguinte intervenção:

«Eu queria aqui fazer cinco registos:

«Primeiro, acho que está um bocado ausente desta análise, ou desta discussão, na elaboração das GOP e do orçamento, as dificuldades que existem. Ou seja, a redução sistemática das receitas nas suas várias vertentes, e também as despesas, e não se teve ainda em conta o peso enorme que têm determinadas despesas que estão consideradas, à partida, porque são fixas. Quem elabora orçamentos sabe que é assim.

«O segundo, como também não vi ninguém o referir, e eu às vezes lembro-me destas coisas, é agradecer. Porque eu acho que isto foi um esforço muito grande fazer um orçamento nestas circunstâncias. É sempre todos os anos difícil. E por isso é que, às vezes, e hoje não foi falado, se empolam mais receitas e, às vezes, não correspondem à realidade, que é o esforço que é feito pelos trabalhadores da Câmara e pelos seus técnicos, e que, deixo aqui, em nome da CDU, uma palavra de agradecimento.

Em relação à discussão ainda, e eu acho que todas as críticas são legítimas e todos nós temos direito a pensar de forma diferente uns dos outros, mas eu refiro, e isto é uma repetição em relação a anos passados, que se deveria ter em linha de conta também as dificuldades que existem quando se fazem estes orçamentos e que muitas vezes quando ninguém responde. Portanto, a forma de desresponsabilizar o Governo é muito fácil.

«Isto, passando esta situação para as freguesias, foi referido que, mesmo nas reuniões com as freguesias, que há uma redução de 10% do protocolo. Eu acho que a redução não é de 10% nem é de 4,9%. A redução deve ser equacionada, deve ser calculada, em três bases: Na base das verbas transferidas, portanto, do protocolo, e as verbas são conhecidas, tenho aqui à minha frente, das verbas que estão quantificadas para o pessoal das juntas e não as outras verbas. Aliás, como presidente de junta sinto o direito de reclamar que, em relação às outras verbas, devia ser elaborado um protocolo para todas as freguesias. Isto porquê? Porque ninguém sabe o que cada freguesia leva. Cada um, eu falo por mim, que tenho alguma consciência em relação às verbas que temos disponíveis e ao momento de contenção que tem existido, para nós já vai há três anos, já referi isso. Depois vemos, nas actas, espelhado, que outros vão buscar verbas para tudo e mais alguma coisa. Isso devia ser quantificado, não é por ser da CDU que a Freguesia da Ajuda tem de ser penalizada. Portanto, as coisas têm de ser claras. Os valores são conhecidos, agora vamos analisar os outros valores que não são conhecidos e aí pomos todos em pé de igualdade. À que pôr o preto no branco para que as coisas sejam conhecidas de todos, que haja, no fundo, um certo equilíbrio para as freguesias.

«Por último, foi aqui referido, em relação à reforma da administração local, que

isto não é uma imposição. Se não é parece. É assim, já o disse, esta reforma, ou esta proposta de reforma, começou muito mal, não acho que é a prioridade do país, se fosse prioridade então começavam na reforma da administração local, começavam mesmo por reequacionar uma parte das câmaras deste país. O que eu acho é que devia ser uma discussão aberta, em que as populações participassem, se quisessem participar, e que os concelhos, no fundo, tivessem uma certa liberdade para fazerem a discussão de outra forma, e não sobre pressão. Isto é uma reforma que, naturalmente, é capaz de ser preciso fazê-la, mas é com outro tempo. Portanto, já o referi, parece que os criminosos aqui e os grandes faltosos deste país são as freguesias, quando as freguesias, se calhar, são aquelas que têm as continhas mais certinhas. Agora, para exemplificar como isto pretende ser mesmo uma imposição, basta ouvir o ministro da informação, o senhor Relvas, para perceber, sistematicamente, aquilo que eu estou a referir, e isso até acaba por ser mais revoltante que a própria proposta de reforma.»

Presidente da Câmara, António José Correia:

Fez a seguinte intervenção:

«Relativamente ao Vítor Marques, é o seguinte:

«No que diz respeito à *Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem*, porque penso que todos nós reconhecemos a importância da *Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem*, e não é verdadeiro que a Câmara se envolva muito pouco. A Câmara tem-se envolvido muito, dentro daquilo que é o espaço de manobra que compete à Câmara Municipal. E o encontrar de soluções, nomeadamente as soluções que foram encontradas para o ano passado e para os outros, tem sido muito à força, por parte do Município e, às vezes, contrariado na própria execução. De acordo com os sinais que temos recebido, vai haver alterações na própria organização da *Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem* e manifestámos a nossa disponibilidade, mais uma vez, por termos um técnico que está designado para acompanhar, para além do acompanhamento próximo, quer eu, quer o Vice-Presidente tem tido. E eu creio que os sinais que nos chegaram, recentemente, vão também no sentido de, enfim, de dignificação da própria festa, que manifestámos, muitas vezes, mas a festa é da organização base. Agora, temos dado sempre todo o apoio e vamos continuar a dar.

«A *Feira do Artesanato* é para manter.

«No que diz respeito às questões das actividades económicas, nós acompanhamos as actividades económicas e, no que diz respeito à componente agrícola, o trabalho de apoio que temos tido, até a empresas que operam nessa área e um compromisso que nós, eu e o António, assumimos publicamente, relativamente à questão da marca, e já o fizemos, com contactos com o gabinete do próprio Secretário de Estado.

«Só há quinze dias é que falámos na passagem de ano, porque só há quinze dias é que conseguimos obter os meios financeiros para isso. Eu acho que toda a gente gosta de organizar uma festa, e que tenha, ainda por cima, fogo-de-artifício. Nós só conseguimos fazer isso quando tínhamos a certeza. Foi uma gestão que eu acho responsável. Demos a informação disso aqui.

«Dizer que a questão da requalificação das praias do Molhe Leste e de Supertubos é o seguinte: Inicialmente, era uma obra para ser desenvolvida com um

projecto, e vale a pena dar aqui esta informação, com um projecto da própria CCDR. A CCDR, no mandato anterior, diz-nos assim: "Temos aqui o projecto, não temos dinheiro." Então vamos candidatar ao QREN. Assumimos, ultimamente, a nossa dificuldade, porque estamos a falar e uma obra de duzentos e tal mil euros, que não tínhamos condições. Negociámos isso com a ARH do Tejo, por forma a que fosse incluído na candidatura, ou seja, que pudesse ter apoios daquilo que é o Fundo dos Recursos Hídricos, que é constituído através da ARH, que vai lá na factura dos Serviços Municipalizados. Portanto, foi esse o compromisso que a ARH do Tejo assumiu. Por isso, o custo que aqui está, destes dez mil euros, se não me engano, que tu disseste, tem a ver com projectos que nós tivemos que pegar. Projectos que vieram, muitos deles, engatados, adaptá-los e, portanto, esse foi o custo que a Câmara Municipal assumiu, mas que foi importante para o desenvolvimento do projecto, sem o que não teria havido aqui essa candidatura.

«Só dizer que há um projecto que estará também finalizado, mas para a requalificação da praia da Consolação, aquilo que são os planos de praia. E aquilo que nós trabalhámos, com a ARH, é que fosse incluído em 2013. E vamos pretender que isso aconteça também.

«Relativamente às considerações que o Henrique Bertino aqui colocou, acho que, em nome dos trabalhadores, agradecer esta atitude de reconhecimento pelo trabalho que foi desenvolvido. Nós também já o fizemos em sede de Câmara Municipal. Sobre esta questão da razoabilidade, eu penso que tem havido, da parte do Município, uma atitude cuidadosa, relativamente à apreciação dos pedidos que vão sendo feitos. Agora, penso que podemos caminhar também no sentido de tornar as coisas mais claras, uma vez que elas podem ser também de intervenções que são casuísticas. Mas, temos para nós, que as deliberações que tomámos, elas foram razoáveis, foram sensatas, e que foram ao encontro de necessidades que os senhores presidentes então nos colocaram e que também seriam justas.»

Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia deliberou, por maioria, com treze votos a favor, dos membros da CDU, sete votos contra, dos membros do PSD, exceptuando o senhor António Salvador, e sete abstenções, dos membros do PS e do senhor António Salvador, aprovar as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche para 2012.

Foi apresentada a seguinte declaração de voto:

«Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido Social Democrata sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento da Câmara Municipal de Peniche para 2012

Os Membros do Grupo Municipal do Partido Social Democrata votam contra a proposta de Grandes Opções do Plano e o Orçamento da Câmara Municipal de Peniche para 2012, com os seguintes fundamentos:

- Os documentos apresentados pela Câmara Municipal não são realistas: repetem objectivos que são incluídos desde há vários anos e que anualmente ficam por realizar e tratam de igual forma as reais necessidades do concelho e projectos que,

manifestamente, o não são. Deveriam concentrar-se naquilo que são as reais necessidades das pessoas de Peniche e que poderiam contribuir para a melhoria das suas condições de vida.

- O PSD considera que, num momento de crise como a que vivemos, não é possível continuar a dizer que a construção de 2 novos museus é uma prioridade para o Concelho. Além de ainda haver um museu por abrir no Concelho (o Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia), o Museu Municipal necessita de se modernizar. A Câmara não pode esquecer-se também que não é só construir estruturas: a manutenção dos museus custa dinheiro, coisa que a Câmara Municipal de Peniche não tem.

- As Grandes Opções do Plano são incongruentes e inconsequentes: proclamam 2012 como um ano difícil para o Concelho de Peniche mas a Câmara não procede a uma alteração no rumo que levou o Município a este estado difícil, nem em qualquer momento reconhece um erro de gestão.

- Apesar dos cerca de 14 milhões de euros de dívidas do Município, as Grandes Opções do Plano referem a palavra 'dívida' apenas 4 vezes. A regularização das dívidas a fornecedores, pelo impacto que poderia ter na economia do Concelho, deveria ser uma prioridade. No entanto, a Câmara limita-se a contar com a decisão do Governo de dirigir para o pagamento dessas dívidas o dinheiro resultante do não pagamento de subsídios de férias e de Natal aos funcionários do Município.

- Os documentos referem com grande destaque os cortes de que a Câmara se declara vítima dos diferentes Governos, mas não referem que o valor resultante dos referidos subsídios representa efectivamente uma transferência adicional de verbas, para liquidar dívidas. Opta, além disso, por uma linguagem belicosa e opiniosa contra o Governo, que não deveria existir nos documentos estratégicos e previsionais do Município.

- Também as dívidas às Juntas de Freguesia e às associações do Concelho não merecem qualquer destaque por parte do executivo. O PSD defende que a atribuição de novos subsídios deve ser objecto de uma reavaliação no sentido de a limitar em função da capacidade do Município, para que não suceda o que actualmente se passa: as associações e colectividades esperam por dinheiro há anos.

- As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2012 persistem no erro: o PSD vem alertando desde há muito tempo que o rumo de gestão municipal seguido pelo executivo da CDU é calamitoso. O PSD defende que as dívidas são para pagar e não para acumular, como tem sido a política seguida pelo executivo da Câmara Municipal.

Nesse sentido, os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo PSD abaixo assinados votam contra nas votações das propostas da Câmara Municipal de Peniche de Grandes Opções do Plano e de Orçamento para 2012.

Peniche, 28 de Dezembro de 2011.

Vítor Marques

Cristina Leitão

Ademar Vala Marques

Anna Clara Leal Rodrigues

Paulo Balau

Filipe Sales.» [sic]

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENICHE PARA 2012:

Passando a Assembleia à apreciação do terceiro ponto da ordem de trabalhos, não se registaram quaisquer intervenções.

Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia deliberou, por maioria, com treze votos a favor, dos membros da CDU, seis votos contra, dos membros do PSD, exceptuando os senhores António Salvador e José Leitão, e oito abstenções, dos membros do PS e dos senhores António Salvador e José Leitão, aprovar o Orçamento do Município de Peniche para 2012.

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA QUE A CÂMARA MUNICIPAL REALIZE DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, EM 2012, QUE DÊM LUGAR A ENCARGO ORÇAMENTAL EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO OU EM ANO QUE NÃO SEJA O DA SUA REALIZAÇÃO QUANDO EXCEDAM OS 99 759,58 EUROS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO:

Passando a Assembleia à apreciação do quarto ponto da ordem de trabalhos, não se registaram quaisquer intervenções.

Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia deliberou, por maioria, com quinze votos a favor, dos membros da CDU e dos senhores António Salvador e José Leitão, e doze abstenções, dos membros do PS e do PSD, exceptuando os senhores António Salvador e José Leitão, autorizar a Câmara Municipal de Peniche a realizar despesas com a aquisição de bens e serviços, em 2012, que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização quando excedam os 99 759,58 euros, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE PARA 2012:

Passando a Assembleia à apreciação do quinto ponto da ordem de trabalhos, usaram da palavra os senhores:

Presidente da Câmara, António José Correia:

Fez a seguinte intervenção:

«Só vou dizer que, relativamente ao Mapa de Pessoal para 2012, ele reflecte, digamos, aquilo que foram já as orientações que nós, em 2010 e em 2011, já tivemos. Há, de facto, uma contenção. Não sabemos ainda bem como é que esta questão da regulamentação, que decorra do Orçamento do Estado, vai ser efectuada, quais é que são as implicações e os momentos. Aquilo que vai ser certo é o seguinte: Independentemente do mapa, aquilo que nós vamos ter é que cumprir aquilo que vier a

ser determinado e, portanto, o mapa é este que nós temos para vos apresentar.»

Vereador Jorge Abrantes:

Fez a seguinte intervenção:

«Só para reforçar que o Mapa de Pessoal está elaborado em função da realidade existente e que, de facto, as orientações, os artigos que no Orçamento do Estado reflectem ou irão ter influência nesta matéria, naturalmente, que vão obrigar a que, por exemplo, durante o primeiro semestre, dado que o Orçamento do Estado prevê imposições ou regras a criar durante o primeiro semestre, teremos de proceder às alterações que vierem da legislação que, entretanto, vier a ser aplicada sobre isto. Estamos a falar de duas realidades: Primeiro - A redução dos trabalhadores municipais; Segundo - A redução dos cargos dirigentes, pelo que afectará em termos de própria orgânica do Município, o que, naturalmente, obrigará a reequacionar todo o Mapa de Pessoal que está apresentado.»

Américo Gonçalves (PS):

Colocou a seguinte questão:

«O número de pedidos de aposentação para o ano que vem é inferior à percentagem que o Governo pede para a saída de funcionários?»

Vereador Jorge Abrantes:

Em resposta ao senhor Américo Gonçalves, fez a seguinte intervenção:

«A resposta é afirmativa. De facto, é inferior. Corresponde às expectativas de aposentação que temos conhecimento. Naturalmente, que poderão existir outras movimentações mais inesperadas em termos de reduções de trabalhadores, no entanto, o ponto de partida que temos, neste momento, é de que a expectativa de aposentações é inferior àquilo que será a redução de 3%, porque ainda não temos a certeza dos critérios que vão determinar. Há municípios que reduzem 1%, municípios que reduzem 2%, municípios que reduzem 3%, em função das alterações que tiveram em 31 de Dezembro de 2008, e não sabemos muito bem se é 31 de Dezembro de 2011. Há aqui alguns dados que não sabemos se ficamos no grupo dos 3%. A informação é que a generalidade dos municípios vai ficar no grupo dos 3%. Se ficarmos no grupo dos 2% estamos a falar de cerca de dez trabalhadores que terão de ser reduzidos. Se ficarmos no grupo dos 3% já serão quinze. O dez já é um número aproximado das expectativas que temos de aposentações, o quinze já é um número que ultrapassa, largamente, a expectativa que temos de aposentações.»

Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia deliberou, por maioria, com treze votos a favor, dos membros da CDU, e catorze abstenções, dos membros do PS e do PSD, aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Peniche para 2012.

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO DURANTE O ANO DE 2012:

A Assembleia deliberou, por unanimidade, retirar o assunto da ordem do dia.

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS PARA 2012:

Passando a Assembleia à apreciação do sétimo ponto da ordem de trabalhos, não se registaram quaisquer intervenções.

Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia deliberou, por maioria, com treze votos a favor, dos membros da CDU, e catorze abstenções, dos membros do PSD e do PS, aprovar as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Peniche para 2012.

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS PARA 2012:

Passando a Assembleia à apreciação do oitavo ponto da ordem de trabalhos, não se registaram quaisquer intervenções.

Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia deliberou, por maioria, com treze votos a favor, dos membros da CDU, e catorze abstenções, dos membros do PSD e do PS, aprovar o Orçamento dos Serviços Municipalizados de Peniche para 2012.

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA QUE OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS REALIZEM DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, EM 2012, QUE DÊEM LUGAR A ENCARGO ORÇAMENTAL EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO OU EM ANO QUE NÃO SEJA O DA SUA REALIZAÇÃO QUANDO EXCEDAM OS 99 759,58 EUROS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO:

Passando a Assembleia à apreciação do nono ponto da ordem de trabalhos, não se registaram quaisquer intervenções.

Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia deliberou, por maioria, com quinze votos a favor, dos membros da CDU e dos senhores António Salvador e José Leitão, e doze abstenções, dos membros do PS e do PSD, exceptuando os senhores António Salvador e José Leitão, autorizar os Serviços Municipalizados a realizarem despesas com a aquisição de bens e serviços, em 2012, que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização quando excedam os 99 759,58 euros, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS PARA 2012:

Passando a Assembleia à apreciação do décimo ponto da ordem de trabalhos, não se registaram quaisquer intervenções.

Submetida a proposta a votação, de braço no ar, a Assembleia deliberou, por maioria, com treze votos a favor, dos membros da CDU, e catorze abstenções, dos membros do PSD e do PS, aprovar foi o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Peniche para 2012.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA:

Para efeitos de execução imediata, a Assembleia deliberou aprovar a minuta da presente acta, por unanimidade, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro.

ENCERRAMENTO:

Sendo uma hora e cinco minutos do dia vinte e nove de Dezembro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, observando o artigo 63.º do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, aprovado em 25 de Junho de 2010, que estipula que a acta de cada reunião ou sessão contenha as intervenções de cada membro da Assembleia Municipal, que eu *Josselene Nunes Teodoro* Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, subscrevo e com ele assino.

Os originais dos documentos aprovados nesta reunião ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de actas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de Novembro de 1963, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de Agosto.